



# **Gerenciamento de Riscos e Capital**

## **Pilar 3**

4º trimestre de 2016

<b>OBJETIVO</b>	<b>3</b>
<b>PRINCIPAIS INDICADORES</b>	<b>3</b>
<b>1 GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL</b>	<b>4</b>
1.1 Estrutura Organizacional	4
1.2 Governança de Riscos e Capital	5
1.3 Cultura de Risco	5
<b>2 CAPITAL</b>	<b>6</b>
2.1 Gerenciamento de Capital	6
2.2 Avaliação da Adequação de Capital	6
2.3 Requerimentos de Capital Vigentes e em implantação	7
2.4 Composição do Capital	8
2.5 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	11
Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )	11
Ativos Ponderados de Risco de Mercado ( $RWA_{MINT}$ )	12
Ativos Ponderados de Risco Operacional ( $RWA_{OPAD}$ )	12
2.6 Adicional de Capital Principal	13
2.7 Suficiência de Capital	14
2.8 Índice de Alavancagem	16
<b>3 BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>17</b>
Balanço Patrimonial	17
Instituições Integrantes das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco <i> Holding</i>	19
Instituições relevantes	21
<b>4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>22</b>
4.1 Participações societárias não classificadas na carteira de negociação	22
<b>5 RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>23</b>
5.1 Estrutura e Tratamento	23
5.2 Análise da Carteira de Crédito	25
Operações com Características de Concessão de Crédito por País e por Região Geográfica do Brasil	25
Operações com Características de Concessão de Crédito por Setor Econômico	26
Prazo a decorrer das operações	27
Concentração nos Maiores Devedores	27
Operações em atraso	28
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	28
Instrumentos Mitigadores	29
Risco de Crédito de Contraparte	30
Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	31
Operações de Securitização	33
Derivativos de Crédito	34
<b>6 RISCO DE MERCADO</b>	<b>35</b>
6.1 Estrutura e Tratamento	35
6.2 Análise da Carteira de Mercado	38
Risco de taxa de juros na carteira de não negociação	38
Evolução da Carteira de Negociação	39
Evolução da Carteira de Derivativos	39
<i>VaR</i> - Consolidado Itaú Unibanco	40
<i>VaR</i> e <i>VaR</i> Estressado Modelo Interno - Carteira Regulatória	41
Teste de Estresse	42
Teste de Aderência	42
Apreçamento de Instrumentos Financeiros	42

<b>7 RISCO OPERACIONAL</b>	<b>43</b>
7.1 Estrutura e Tratamento	43
7.2 Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios	44
7.3 Validação Independente de Modelos de Risco	45
<b>8 RISCO DE LIQUIDEZ</b>	<b>46</b>
8.1 Estrutura e Tratamento	46
8.2 Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	47
8.3 Fontes Primárias de <i>Funding</i>	49
<b>9 OUTROS RISCOS</b>	<b>50</b>
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização	50
Risco Socioambiental	50
Risco Regulatório	51
Risco de Modelo	51
Risco País	51
Risco de Negócio e Estratégia	52
Risco Reputacional	52
<b>10 GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E ALINHAMENTO DE INCENTIVOS</b>	<b>54</b>
Apetite de Risco	54
Teste de Estresse	55
Remuneração Ajustada ao Risco	55
<b>11 ANEXO I</b>	<b>56</b>
<b>12 GLOSSÁRIOS</b>	<b>59</b>
12.1 Glossário de Siglas	59
12.2 Glossário de Regulamentos	61

---



## Objetivo

O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco  *Holding S.A.* (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) através da Circular 3.678 e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês *risk weighted assets*) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), alinhados às regras de capital e em conformidade com os normativos institucionais do Itaú Unibanco.

Para informações suplementares às citadas neste documento, consultar os demais relatórios de acesso público disponíveis em [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores).

As informações contidas no site [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores), citadas neste documento, são complementares a esta publicação, e não houve alterações relevantes no período entre suas respectivas divulgações e a data-base deste relatório.

## Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter o perfil de risco da instituição dentro da estratégia de risco e das diretrizes do Conselho de Administração. Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 31 de dezembro de 2016.

### Índice de Capital Principal

**15,8%**

30 de setembro de 2016: 15,7%

### Índice de Nível I

**15,9%**

30 de setembro de 2016: 15,8%

### Índice de Basileia

**19,1%**

30 de setembro de 2016: 19,0%

### Capital Principal

**R\$ 115.408** milhões

30 de setembro de 2016: R\$ 115.364 milhões

### Nível I

**R\$ 115.940** milhões

30 de setembro de 2016: R\$ 115.936 milhões

### Patrimônio de Referência

**R\$ 139.477** milhões

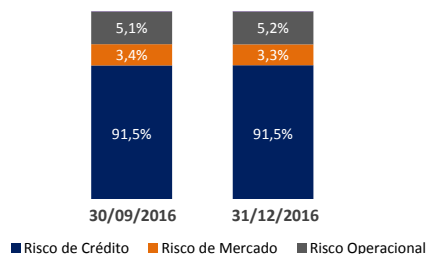
30 de setembro de 2016: R\$ 139.557 milhões

### RWA

**R\$ 731.240** milhões

30 de setembro de 2016: R\$ 735.921 milhões

#### Composição do RWA

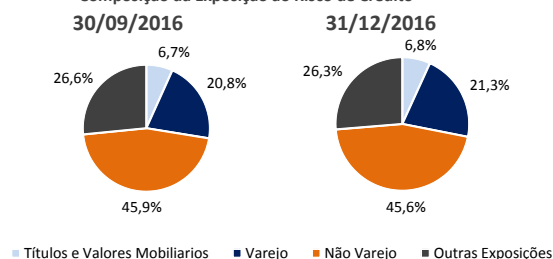


### Exposição ao Risco de Crédito

**R\$ 669.284** milhões

30 de setembro de 2016: R\$ 673.405 milhões

#### Composição da Exposição ao Risco de Crédito<sup>(1)</sup>



<sup>(1)</sup> Classificação de acordo com as regras da Circular BACEN 3.644

Ressalta-se que, a partir do 2º trimestre de 2016, a entidade resultante da união entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca, o Itaú CorpBanca, passou a ser consolidada integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco, que é seu acionista controlador, cuja participação atual é de 35,71% no capital social do novo banco.

### 1 Gerenciamento de Riscos e Capital

O gerenciamento de riscos e capital é considerado pelo Itaú Unibanco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas.

O gerenciamento de riscos no Itaú Unibanco é o processo em que:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações do Itaú Unibanco;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias do Itaú Unibanco;
- A carteira do Itaú Unibanco é administrada vis-à-vis às melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação do Itaú Unibanco.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco através dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Atendendo à Resolução 3.988 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e alterações posteriores, que dispõe sobre a implantação de estrutura de gerenciamento de capital, à Circular BACEN 3.547, que estabelece procedimentos e parâmetros relativos ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) e à Carta-Circular BACEN 3.774, que divulga o modelo de relatório do ICAAP; o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital.

#### 1.1 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Itaú Unibanco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, a saber:

- na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e áreas corporativas de suporte têm o papel de realizar a gestão dos riscos por elas originados através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos;
- na segunda linha de defesa, uma unidade independente realiza o controle dos riscos de forma centralizada visando a assegurar que os riscos do Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. Assim, o controle centralizado provê ao Conselho e aos executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas;
- na terceira linha de defesa, a auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas de informática para completo atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

### 1.2 Governança de Riscos e Capital

O Itaú Unibanco estabeleceu Comitês responsáveis pela gestão de riscos e capital, os quais se reportam diretamente ao Conselho de Administração e têm seus membros eleitos ou indicados por esse órgão. No nível executivo, a gestão de riscos é exercida por órgãos colegiados.

Para dar suporte a essa estrutura, o Itaú Unibanco dispõe da Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças (ACGRF), estruturada com diretorias especializadas, com o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com os normativos e procedimentos estabelecidos.

A descrição detalhada dessa estrutura pode ser consultada no Relatório Anual Consolidado, na seção Nossa Gestão de Risco. O Relatório Anual Consolidado está disponível no site [www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores), na seção Informações Financeiras.

### 1.3 Cultura de Risco

O Itaú Unibanco, com o objetivo de reforçar seus valores e alinhar o comportamento dos seus colaboradores às diretrizes estabelecidas no gerenciamento de riscos, dispõe de diversas iniciativas a fim de disseminar a cultura de risco. Além de políticas, procedimentos e processos, a cultura de risco fortalece a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores no gerenciamento de riscos inerentes às atividades executadas individualmente, respeitando a forma ética de gerir o negócio.

O Itaú Unibanco promove a cultura de risco, destacando comportamentos que ajudarão a assumir e gerenciar riscos de forma consciente, em todos os níveis da instituição. Os princípios da cultura de risco do Itaú Unibanco são: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco.

Difundindo esses princípios por toda a instituição, incentiva-se que os riscos sejam conhecidos e abertamente debatidos, mantendo-os dentro dos níveis estabelecidos pelo apetite de risco e que sejam entendidos como responsabilidade de cada um dos colaboradores do Itaú Unibanco, independentemente de cargo, área ou função.

## 2 Capital

### 2.1 Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do Itaú Unibanco, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP, processo que visa a avaliar a adequação do capital do Itaú Unibanco através da identificação dos riscos materiais; da definição da necessidade de capital adicional para os riscos materiais e das metodologias internas de quantificação de capital; da elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse; e da estruturação do plano de contingência de capital.

No nível executivo, existem órgãos colegiados responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital. Apoiando a governança dos órgãos colegiados, o Itaú Unibanco possui uma estrutura dedicada ao gerenciamento de capital da instituição que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

De forma a prover informações necessárias aos Executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões, relatórios gerenciais são elaborados e apresentados em órgãos colegiados, informando-os sobre a adequação de capital do Itaú Unibanco bem como sobre projeções de níveis de capital futuros, em situações normais e de estresse.

O documento “Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, pode ser visualizado no site [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

### 2.2 Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o Itaú Unibanco adota o fluxo apresentado a seguir:

- Identificação dos riscos aos quais a instituição está exposta e análise de sua materialidade;
- Avaliação da necessidade de capital para os riscos materiais;
- Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- Quantificação de capital e avaliação interna de adequação de capital;
- Envio de relatório de adequação de capital ao BACEN.

Dentro do exercício do ICAAP, componente primordial para a gestão interna de capital do Itaú Unibanco, destaca-se que o elemento de maior relevância é o teste de estresse. Esse processo permite avaliar o capital através de cenários adversos, aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, e tem como objetivo mensurar e verificar se, mesmo em situações adversas severas, a instituição teria níveis adequados de capital que não gerariam restrições ao desenvolvimento de suas atividades.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base dezembro de 2015 - apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.



### 2.3 Requerimentos de capital vigentes e em implantação

Os requerimentos mínimos de capital do Itaú Unibanco seguem o conjunto<sup>(2)</sup> de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível - demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco.

Os índices de Capital Total, de Capital de Nível I e de Capital Principal são apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial<sup>(3)</sup>, que abrange não só as instituições financeiras como também as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais a instituição retenha substancialmente riscos e benefícios.

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional. O Itaú Unibanco utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo das parcelas de crédito e operacional.

A partir de 1º de setembro de 2016, o BACEN autorizou o Itaú Unibanco a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulamentar, utilizando para cálculo diário a parcela  $RWA_{MINT}$ , em substituição à parcela  $RWA_{MPAD}$ , conforme previsto na Circular BACEN 3.646.

Para as unidades consideradas não relevantes na apuração do capital regulatório de risco de mercado, utiliza-se a abordagem padronizada. Desta forma, não fazem parte do uso de modelos internos as unidades da Argentina, Chile, Itaú BBA International, Itaú BBA Colômbia, Paraguai e Uruguai.

As abordagens de risco de crédito, mercado e operacional estão descritas no item “2.5 Ativos Ponderados pelo Risco”.

De 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, o índice mínimo de capital requerido é de 9,875%. O requerimento mínimo de Capital Total foi de 11% de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, e está em cronograma de redução gradual, chegando a 8% em 1º de janeiro de 2019.

Além dos mínimos regulatórios, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas  $ACP_{Conservação}$ ,  $ACP_{Contracíclico}$  e  $ACP_{Sistêmico}$  que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo. Conforme a Resolução CMN 4.193, o valor de cada uma das parcelas,  $ACP_{Conservação}$  e  $ACP_{Contracíclico}$ , aumentará gradualmente de 0,625%, a partir de 1º de janeiro de 2016, para 2,5%, a partir de 1º de janeiro de 2019. No entanto, o  $ACP_{Contracíclico}$  é acionado durante a fase de expansão do ciclo de crédito e, atualmente, conforme a Circular BACEN 3.769, o valor requerido da parcela  $ACP_{Contracíclico}$  é igual a zero. Além disso, na hipótese de elevação do adicional contracíclico, o novo percentual vigorará apenas doze meses após seu anúncio. Já para a parcela  $ACP_{Sistêmico}$ , de acordo com a Circular BACEN 3.768, o requerimento atualmente aplicável ao Itaú Unibanco é de 0%, aumentando gradualmente de 0,25%, a partir de janeiro de 2017, para 1%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

A reforma regulatória de Basileia III também redefiniu os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II, regulamentados no Brasil pela Resolução CMN 4.192, incluindo um cronograma de *phase-out* para os instrumentos já considerados no capital, emitidos anteriormente à vigência da norma, que não atendam integralmente as novas exigências.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN, na qual os números referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco do Itaú Unibanco.

---

<sup>(2)</sup> As normas que implantaram as regras de Basileia III no Brasil foram divulgadas a partir de 1º de março de 2013, através das Resoluções do CMN 4.192 a 4.195 (a Resolução 4.195 foi revogada pela Resolução 4.280), em conjunto com 15 Circulares publicadas pelo BACEN em 4 de março do mesmo ano, bem como alterações posteriores.

<sup>(3)</sup> Maiores detalhes do Conglomerado Prudencial podem ser consultados na Circular BACEN 3.701, na Resolução CMN 4.280 ou no link: <http://www.bcb.gov.br/?REGPRUDENCIAL>

Cronograma de Implantação de Basileia III	A partir de 1º de janeiro				
	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
<b>Capital Total</b>	<b>11%</b>	<b>9,875%</b>	<b>9,25%</b>	<b>8,625%</b>	<b>8,0%</b>
<b>Adicional de Capital Principal (ACP)</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,625%</b>	<b>1,50%</b>	<b>2,375%</b>	<b>3,5%</b>
de Conservação	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Contracíclico <sup>(1)</sup>	0%	0%	0%	0%	0%
de Importância Sistêmica	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
<b>Capital Principal + ACP</b>	<b>4,5%</b>	<b>5,125%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,875%</b>	<b>8,0%</b>
<b>Capital Total + ACP</b>	<b>11,0%</b>	<b>10,5%</b>	<b>10,75%</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,5%</b>
<b>Deduções dos Ajustes Prudenciais</b>	<b>40%</b>	<b>60%</b>	<b>80%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

<sup>(1)</sup> Atualmente, conforme a Circular BACEN 3.769, o valor requerido para a parcela ACP *contracíclico* é igual a zero.

Além dos requerimentos mínimos de capital, está em vigor - desde o quarto trimestre de 2015 - a Circular BACEN 3.748, que incorpora o Índice de Alavancagem ao arcabouço de Basileia III no Brasil. Maiores detalhes podem ser visualizados no item “2.8 Índice de Alavancagem” deste relatório.

Ademais, em março de 2015, entrou em vigor a Circular BACEN 3.751, que dispõe sobre a apuração dos indicadores relevantes para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras do Brasil. As informações sobre os valores dos indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global podem ser visualizadas no site [www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores), seção “Governança Corporativa”, “Índice de Importância Sistêmica Global”.

A aderência do BACEN às normas recomendadas pelo Comitê de Basileia foi avaliada no final de 2013 através do programa “Regulatory Consistency Assessment Programme” (RCAP)<sup>(4)</sup>. As regras vigentes no Brasil foram consideradas aderentes - nos termos do *Bank for International Settlements* (BIS), o Brasil foi considerado uma “compliant jurisdiction” - ou seja, os padrões de capital estabelecidos no Brasil atendem aos requisitos mínimos internacionalmente vigentes. As divergências apontadas foram consideradas pouco significativas.

### Requisitos mínimos de capital para Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) divulgou, em julho de 2015, a Resolução CNSP 321, que dispõe, entre outros assuntos, sobre os requerimentos mínimos de capital para os riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras.

## 2.4 Composição do Capital

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, denominados:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais;
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I;
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II, considerando seus respectivos ajustes prudenciais, conforme estabelecido pelas normas vigentes.

<sup>(4)</sup> Regulatory Consistency Assessment Programme (RCAP). Assessment of Basel III regulations in Brazil, December 2013, com atualização em março de 2015 sem pontos adicionais materiais.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Composição do Patrimônio de Referência

	R\$ milhões		
	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)	115.590	114.715	106.462
Participações de Não Controladores	11.568	13.219	916
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	2.777	2.825	3.683
<b>Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)</b>	<b>129.935</b>	<b>130.759</b>	<b>111.061</b>
Ações Preferenciais com Cláusula de Resgate Excluídas do Nível I	-	-	-
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(14.527)	(15.395)	(10.107)
<b>Capital Principal</b>	<b>115.408</b>	<b>115.364</b>	<b>100.955</b>
Instrumentos Elegíveis para Compor o Capital Complementar	-	-	-
Ajustes Prudenciais do Capital Complementar	532	572	46
<b>Capital Complementar</b>	<b>532</b>	<b>572</b>	<b>46</b>
<b>Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)</b>	<b>115.940</b>	<b>115.936</b>	<b>101.001</b>
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	23.488	23.488	27.403
Ajustes Prudenciais do Nível II	49	133	61
<b>Nível II</b>	<b>23.537</b>	<b>23.622</b>	<b>27.464</b>
<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>139.477</b>	<b>139.557</b>	<b>128.465</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

Os Ajustes Prudenciais mais relevantes para o Itaú Unibanco são apresentados na tabela a seguir. Juntos, eles correspondem a mais de 90% dos ajustes prudenciais em 31 de dezembro de 2016.

### Composição dos Ajustes Prudenciais

	R\$ milhões			
	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015	Ref. Anexo I
Ágios pagos na aquisição de investimentos	7.408	7.374	2.926	(e)
Ativos Intangíveis	3.254	3.071	1.078	(h) / (i)
Créditos tributários	3.678	4.345	2.389	(b)
Valor agregado das participações líquidas superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN	-	-	-	
Excedente de capital principal de não controladores	909	1.188	152	
Ajuste relativo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	(1.254)	(1.123)	-	
Outros	532	540	3.562	
<b>Total</b>	<b>14.527</b>	<b>15.395</b>	<b>10.107</b>	

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

Durante o exercício de 2016, o Itaú Unibanco recomprou R\$ 947 milhões em ações de emissão própria. Essas ações ficam registradas na rubrica “Ações em Tesouraria”, que alcançou R\$ (1.882) milhões em 31 de Dezembro de 2016. As ações em tesouraria reduzem o Patrimônio Líquido da instituição, causando a redução de sua base de capital.

Nesse período, o valor de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) pagos / provisionados, que afeta a base de capital da instituição, atingiu R\$ 9.221 milhões. Os dividendos são deduzidos do Patrimônio Líquido da instituição, reduzindo assim sua base de capital. Já o JCP que é contabilizado como despesa diretamente no resultado, reduz o Lucro Líquido da instituição, reduzindo também, consequentemente, sua base de capital.

A composição detalhada do Patrimônio de Referência pode ser observada no Anexo I – “Composição do Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre a adequação do PR” - deste documento.

A tabela a seguir apresenta as emissões de dívidas subordinadas e outros instrumentos elegíveis a capital Nível II:

### Instrumentos Elegíveis a Capital Nível II

Nome do Papel	Vencimentos						R\$ milhões		
	<1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	> 5 anos	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
CDB	929	-	-	-	-	-	929	2.278	7.463
Letras Financeiras	9.467	11.875	187	39	11	3.907	25.486	25.513	26.912
Euronotes	355	-	-	3.222	7.432	14.451	25.460	25.359	30.486
<b>Dívida Subordinada (dez/16)</b>	<b>10.751</b>	<b>11.875</b>	<b>187</b>	<b>3.261</b>	<b>7.443</b>	<b>18.358</b>	<b>51.875</b>	<b>53.150</b>	<b>64.861</b>
Dívida Subordinada não elegível a capital	305	132	254	162	193	4.499	5.545	5.582	923
Dívida Subordinada - Total (dez/16)	11.056	12.007	441	3.423	7.636	22.857	57.420		
<b>Dívida Subordinada após redutor (dez/16)</b>	<b>-</b>	<b>2.375</b>	<b>75</b>	<b>1.957</b>	<b>5.954</b>	<b>18.358</b>	<b>28.719</b>		
Dívida Subordinada Elegível a capital (dez/12)	-	990	290	4.198	6.993	26.352	38.824		
Ações Preferenciais Resgatáveis (dez/12)	-	-	323	-	-	-	323		
<b>Instrumentos com aplicação do Limitador (dez/12)<sup>(2)</sup></b>	<b>-</b>	<b>594</b>	<b>368</b>	<b>2.519</b>	<b>4.196</b>	<b>15.811</b>	<b>23.488</b>		
<b>Instrumentos Elegíveis a Capital (dez/16)<sup>(3)</sup></b>	<b>-</b>	<b>594</b>	<b>368</b>	<b>2.519</b>	<b>4.196</b>	<b>15.811</b>	<b>23.488</b>		

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

<sup>(2)</sup> Instrumentos elegíveis a capital de dez/12 com aplicação do limitador de acordo com art. 28º da Resolução CMN 4.192.

<sup>(3)</sup> Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de dez/16, foi considerado o saldo dos instrumentos elegíveis a capital de dez/12.

O detalhamento sobre prazos de vencimento, remuneração, valor do principal, saldo contábil e montante de dívidas subordinadas é apresentado a seguir:

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Dividas Subordinadas Elegíveis a Capital - Detalhamento

				R\$ milhões					
				31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015	dez/16-set/16	dez/16-dez/15	31/12/2016
Nome do Papel/ Moeda	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Valor Principal			Variação Principal		Saldo Contábil
<b>CDB Subordinado - BRL</b>									
	2006	2016	100% do CDI + 0,7%	-	466	466	(466)	(466)	-
	2010	2016	110% a 114% do CDI	-	-	2.665	-	(2.665)	-
			IPCA + 7,21% a 7,33%	-	-	123	-	(123)	-
	2010	2017	IPCA + 7,21% a 7,33%	367	367	367	-	-	929
			<b>Total</b>	<b>367</b>	<b>833</b>	<b>3.621</b>	<b>(466)</b>	<b>(3.254)</b>	<b>929</b>
<b>Letra Financeira Subordinada - BRL</b>									
	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	-	-	365	-	(365)	-
			112% a 112,5% do CDI	-	50	1.874	(50)	(1.874)	-
			IPCA + 7%	-	30	30	(30)	(30)	-
	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	206	206	206	-	-	337
	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.224	3.224	3.224	-	-	3.565
			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.650	3.650	3.650	-	-	3.802
			IPCA + 6,15% a 7,8%	352	352	352	-	-	647
			IGPM + 6,55% a 7,6%	138	138	138	-	-	276
	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	500	500	500	-	-	506
	2011	2018	IGPM + 7%	42	42	42	-	-	65
			IPCA + 7,53% a 7,7%	30	30	30	-	-	48
	2012	2018	108% a 113% do CDI	6.373	6.373	6.373	-	-	7.250
			IPCA + 4,4% a 6,58%	461	461	461	-	-	760
			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.782	3.782	3.782	-	-	3.904
			9,95% a 11,95%	112	112	112	-	-	174
	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2	2	2	-	-	4
	2012	2019	110% do CDI	1	1	1	-	-	2
			11,96%	12	12	12	-	-	21
			IPCA + 4,7% a 6,3%	101	101	101	-	-	163
	2012	2020	111% do CDI	1	1	1	-	-	2
			IPCA + 6% a 6,17%	20	20	20	-	-	37
	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	6	6	6	-	-	11
	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	2.307	2.307	2.307	-	-	3.885
			IGPM + 4,63%	20	20	20	-	-	27
			<b>Total</b>	<b>21.340</b>	<b>21.411</b>	<b>23.609</b>	<b>(80)</b>	<b>(2.269)</b>	<b>25.486</b>
<b>Euronotes Subordinado - USD</b>									
	2010	2020	6,2%	990	990	990	-	-	3.264
	2010	2021	5,75%	1.000	1.000	1.000	-	-	3.352
	2011	2021	5,75% a 6,2%	730	730	730	-	-	2.396
	2012	2021	6,2%	550	550	550	-	-	1.793
	2012	2022	5,5% a 5,65%	2.600	2.600	2.600	-	-	8.580
	2012	2023	5,13%	1.851	1.851	1.851	-	-	6.075
			<b>Total USD</b>	<b>7.721</b>	<b>7.721</b>	<b>7.721</b>			
			<b>Total BRL</b>						<b>25.460</b>
			<b>Total Geral</b>						<b>51.875</b>
<b>Divida Subordinada após redutor</b>									<b>28.719</b>
<b>Instrumentos Elegíveis a Capital (dez/16)</b>									<b>23.488</b>

Maiores detalhes referentes aos instrumentos integrantes do Patrimônio de Referência podem ser visualizados no [site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores), seção Governança Corporativa, Planilha de apoio – Pilar 3, Anexo I e II - Pilar 3, Anexo II – “Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)”.

## 2.5 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

- $RWA_{CPAD}$  = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;
- $RWA_{MINT}$  = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, segundo abordagem interna, regulamentada pela Circular BACEN 3.646;
- $RWA_{OPAD}$  = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional, segundo abordagem padronizada.

A tabela abaixo apresenta de forma consolidada a evolução da composição do RWA do Itaú Unibanco. Cada uma das parcelas mencionadas abaixo será detalhada nos próximos tópicos.

### Composição dos Ativos Ponderados Pelo Risco

Exposições ao Risco	31/12/2016 <sup>(1) (2)</sup>		30/09/2016 <sup>(1) (2)</sup>		31/12/2015 <sup>(3)</sup>	
Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )	669.284	91,5%	673.405	91,5%	679.593	94,0%
Ativos Ponderados de Risco de Mercado ( $RWA_{MINT}$ ) <sup>(4)</sup>	24.130	3,3%	24.690	3,4%	14.252	2,0%
Ativos Ponderados de Risco Operacional ( $RWA_{OPAD}$ )	37.826	5,2%	37.826	5,1%	28.623	4,0%
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>731.240</b>	<b>100,0%</b>	<b>735.921</b>	<b>100,0%</b>	<b>722.468</b>	<b>100,0%</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

<sup>(2)</sup> Parcela de Ativos Ponderados de Risco de Mercado calculada a partir de modelos internos. Inclui unidades não relevantes, que seguem modelo padronizado.

<sup>(3)</sup> Parcela de Ativos Ponderados de Risco de Mercado calculada a partir de modelos padronizados.

<sup>(4)</sup> A partir de 1º de setembro de 2016, o Itaú Unibanco recebeu autorização para utilização de modelos internos para o cálculo de seus ativos ponderados pelo risco.

### Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados de risco de crédito ( $RWA_{CPAD}$ ), cuja parcela é regulamentada pela Circular BACEN 3.644, segregados por fator de ponderação de risco e por tipo de ativos:

#### Abertura dos ativos ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )

Exposições ao Risco	31/12/2016 <sup>(1)</sup>		30/09/2016 <sup>(1)</sup>		31/12/2015	
<b>Ativos Ponderados de Risco de Crédito (<math>RWA_{CPAD}</math>)</b>	<b>669.284</b>		<b>673.405</b>		<b>679.593</b>	
<b>a) Por Fator de Ponderação de Risco (FPR):</b>						
FPR de 2%	105		125		179	
FPR de 20%	8.011		8.286		7.000	
FPR de 35%	12.056		11.992		11.695	
FPR de 50%	44.251		43.785		46.025	
FPR de 75%	142.194		140.363		136.104	
FPR de 85%	82.494		94.445		129.884	
FPR de 100%	325.890		323.270		288.057	
FPR de 250%	33.213		27.403		37.858	
FPR de 300%	7.357		8.689		10.751	
FPR até 1250% <sup>(2)</sup>	1.608		1.707		1.990	
Derivativos - Variação da qualidade creditícia da contraparte	6.168		6.918		4.924	
Derivativos - Ganho Potencial Futuro	5.937		6.421		5.126	
<b>b) Por Tipo:</b>						
Títulos e Valores Mobiliários	45.741		45.344		51.085	
Operações de Crédito - Varejo	114.481		112.988		109.882	
Operações de Crédito - Não Varejo	247.911		250.096		237.365	
Coobrigações - Varejo	205		206		242	
Coobrigações - Não Varejo	47.108		47.719		46.655	
Compromissos de Crédito - Varejo	27.504		27.167		25.972	
Compromissos de Crédito - Não Varejo	10.234		10.906		12.924	
Outras Exposições	176.100		178.979		195.468	

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

<sup>(2)</sup> Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular BACEN 3.644.

### Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA<sub>MINT</sub>)

A parcela de ativos ponderados pelo risco relativa ao risco de mercado (RWA<sub>MINT</sub>) consiste no somatório das parcelas descritas na tabela abaixo, regulamentadas pelas Circulares BACEN 3.646 e 3.674.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco de mercado:

#### Abertura dos Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA<sub>MINT</sub>)

	31/12/2016 <sup>(1) (2)</sup>	30/09/2016 <sup>(1) (2)</sup>	31/12/2015 <sup>(3)</sup>
<b>Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA<sub>MINT</sub>)</b>	<b>24.130</b>	<b>24.690</b>	<b>14.252</b>
<b>Operações sujeitas à variação de taxas de juros</b>	<b>24.919</b>	<b>23.968</b>	<b>11.291</b>
Prefixadas denominadas em real	4.952	6.614	2.127
Cupons de moedas estrangeiras	15.497	14.056	6.700
Cupom de índices de preços	4.470	3.298	2.464
Cupons de taxas de juros	0	0	-
<b>Operações sujeitas à variação do preço de commodities</b>	<b>353</b>	<b>455</b>	<b>473</b>
<b>Operações sujeitas à variação do preço de ações</b>	<b>401</b>	<b>212</b>	<b>952</b>
<b>Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial</b>	<b>1.138</b>	<b>2.798</b>	<b>1.536</b>
<b>Benefício de capital modelos internos</b>	<b>(2.681)</b>	<b>(2.743)</b>	

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

<sup>(2)</sup> Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos.

<sup>(3)</sup> Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos padronizados.

A necessidade de capital apurada para a parcela de risco de mercado é obtida através do máximo entre modelos internos e 90% do modelo padronizado. Em 31 de dezembro de 2016, o RWA<sub>MPAD</sub> atingiu R\$ 26.811 milhões e, por isso, o RWA de risco de mercado (RWA<sub>MINT</sub>) totalizou R\$ 24.130 milhões, referente a 90% do modelo padronizado.

### Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA<sub>OPAD</sub>)

A Circular BACEN 3.640 e alterações posteriores estabelece os critérios de apuração da parcela de ativos ponderados pelo risco para risco operacional (RWA<sub>OPAD</sub>). De acordo com a regulação vigente, o valor da exposição RWA<sub>OPAD</sub> é calculado semestralmente com informações relativas às datas-base 30 de junho e 31 de dezembro.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco operacional:

#### Abertura dos ativos ponderados de Risco Operacional (RWA<sub>OPAD</sub>)

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA<sub>OPAD</sub>)</b>	<b>37.826</b>	<b>37.826</b>	<b>28.623</b>
Varejo	10.887	10.887	7.470
Comercial	24.166	24.166	16.491
Finanças Corporativas	2.789	2.789	1.380
Negociação e Vendas	(11.026)	(11.026)	(4.927)
Pagamentos e Liquidações	3.418	3.418	3.074
Serviços de Agente Financeiro	3.471	3.471	2.873
Administração de Ativos	4.109	4.109	2.145
Corretagem de Varejo	12	12	118

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

## 2.6 Adicional de Capital Principal

A partir do primeiro trimestre de 2016, entrou em vigor a exigência de Adicional de Capital Principal (ACP). O valor detalhado de suas parcelas é apresentado a seguir:

### Adicional de Capital Principal Total (ACP<sub>Total</sub>)

R\$ milhões

	31/12/2016	30/09/2016
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP<sub>Requerido</sub>)</b>		
de Conservação	4.570	4.600
Contracíclico	-	-
de Importância Sistêmica	-	-

A Circular BACEN 3.769 estabelece a metodologia de apuração da parcela do Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACP<sub>contracíclico</sub>). A seguir, detalhes da parcela são apresentados nas jurisdições relevantes:

### Adicional de Capital Principal Contracíclico (ACP<sub>contracíclico</sub>)

R\$ milhões

	31/12/2016	30/09/2016			
	<b>RWA<sub>CP:NBi</sub><sup>(1)</sup></b>		<b>ACCP<sup>(2)</sup></b>	<b>data de anúncio</b>	<b>data de vigência</b>
Brasil	423.877	425.311	0%	out/15	jan/16
Chile <sup>(3)</sup>	78.643	83.457	0%	-	-
<b>Total</b>	<b>502.520</b>	<b>508.768</b>	-	-	-

<sup>(1)</sup> Parcela do montante RWA relativa às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário nas jurisdições relevantes.

<sup>(2)</sup> Valor para o percentual do adicional de capital principal contracíclico para as principais jurisdições.

<sup>(3)</sup> Metodologia de apuração da parcela de adicional contracíclico não anunciada nessa jurisdição. De acordo com o artigo 2º da Circular BACEN 3.769, deve ser utilizado o valor ACCP do Brasil.

## 2.7 Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, através do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório para os riscos de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Em 31 de dezembro de 2016, o PR alcançou R\$ 139.477 milhões, sendo R\$ 115.940 milhões referentes a Nível I e R\$ 23.537 milhões referentes a Nível II.

### Composição do Patrimônio de Referência (PR)

	R\$ milhões		
	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Nível I</b>	<b>115.940</b>	<b>115.936</b>	<b>101.001</b>
Capital Principal	115.408	115.364	100.955
Capital Complementar	532	572	46
<b>Nível II</b>	<b>23.537</b>	<b>23.622</b>	<b>27.464</b>
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>139.477</b>	<b>139.557</b>	<b>128.465</b>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>72.210</b>	<b>72.672</b>	<b>79.471</b>
<b>Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>67.267</b>	<b>66.885</b>	<b>48.994</b>
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP<sub>Requerido</sub>)</b>	<b>4.570</b>	<b>4.600</b>	
<b>Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)</b>	<b>2.264</b>	<b>2.332</b>	<b>1.275</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

O Índice de Basileia atingiu 19,1% em 31 de dezembro de 2016, com aumento de 0,1 ponto percentual em relação a 30 de setembro de 2016. Esse aumento foi devido principalmente à redução do RWA impactado pela redução da carteira de crédito. O resultado do período foi compensado pela distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, além da aquisição do restante da participação no Banco Itaú BMG Consignado.

O Itaú Unibanco possui folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido no montante de R\$ 67.267 milhões, superior ao ACP de R\$ 4.570 milhões, não incorrendo em restrições atreladas à insuficiência de Adicional de Capital Principal.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN.

A tabela a seguir apresenta os valores do Índice de Basileia e de Imobilização.

### Índices de Basileia e Imobilização

	R\$ milhões		
	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Índice de Basileia</b>	<b>19,1%</b>	<b>19,0%</b>	<b>17,8%</b>
Nível I	15,9%	15,8%	14,0%
Capital Principal	15,8%	15,7%	14,0%
Capital Complementar	0,1%	0,1%	0,0%
Nível II	3,2%	3,2%	3,8%
<b>Índice de Imobilização</b>	<b>25,4%</b>	<b>23,6%</b>	<b>27,7%</b>
Folga de Imobilização	34.298	36.837	28.616

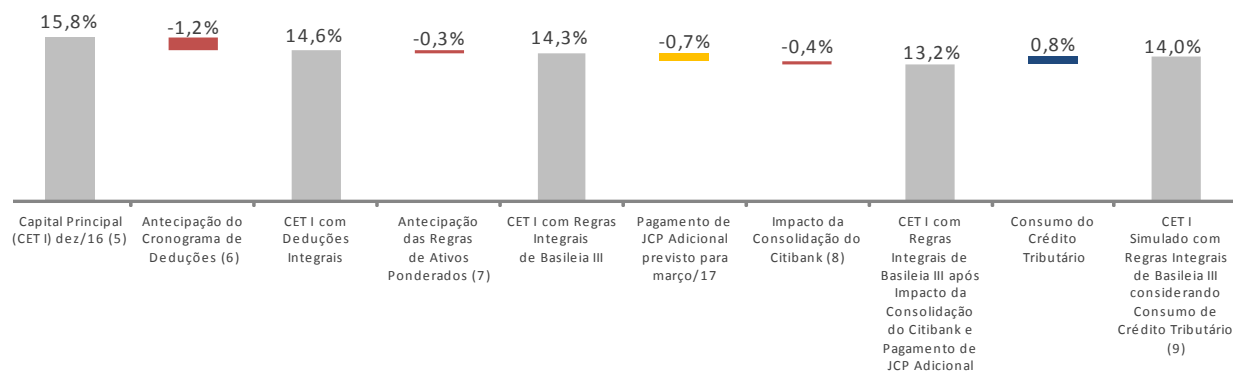
<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.



## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Considerando sua base de capital atual, caso o Itaú Unibanco aplicasse de imediato e integralmente as regras de Basileia III estabelecidas pelo BACEN, seu índice de Capital Principal seria de 14,0% em 31 de dezembro de 2016, considerando o pagamento adicional de juros sobre capital próprio previsto para março de 2017, a consolidação do negócio de varejo do Citibank no Brasil (impacto estimado com base em informações preliminares), além do consumo do crédito tributário, cuja estimativa é demonstrada no gráfico a seguir:

### Capital Principal Estimado com Regras Integrais de Basileia III



(5) O capital principal de dezembro 2016 considera a aquisição do restante da participação no Banco Itaú BMG Consignado.

(6) Considera deduções de Ágio, Intangível (gerados antes e após out/13), Crédito Tributário de Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal, Ativos de Fundos de Pensão, Investimento em Instituições Financeiras, Seguradoras e Assemelhadas.

(7) Considera o aumento do multiplicador das parcelas de risco de mercado, operacional e determinadas contas de crédito. Este multiplicador é 10,1 hoje e será 12,5 em 2019.

(8) A consolidação do Citibank considera os negócios de varejo no Brasil (voltados a pessoas físicas). Estimativa de impacto realizada com base em informações preliminares e pendente de aprovações regulatórias.

(9) Não considera qualquer reversão de PDD Complementar.

## 2.8 Índice de Alavancagem

O Índice de Alavancagem é definido como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748. O objetivo do índice é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular BACEN 3.706, desde outubro de 2015, o Itaú Unibanco envia mensalmente ao BACEN o Índice de Alavancagem, porém o requerimento mínimo para Índice de Alavancagem deverá ser exigido em 2018, de acordo com as recomendações de Basileia, sendo definido com base no período de observação do comportamento do Índice desde sua implementação em 2011 até 2017.

As informações apresentadas a seguir seguem a metodologia e o formato padrão estabelecidos pela Circular BACEN 3.748. Em 31 de dezembro de 2016, o Índice de Alavancagem do Itaú Unibanco atingiu 8,6%.

### Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Índice de Alavancagem

	R\$ mil		
	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
1 Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.425.638.779	1.399.099.604	1.359.172.441
2 Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(148.993.803)	(143.153.936)	(122.280.032)
3 Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	(4.849.779)	(4.861.887)	(4.855.298)
4 Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	17.568.026	18.351.824	18.170.046
5 Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	7.817.388	9.710.514	6.749.914
6 Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	123.813.664	128.152.810	110.181.720
7 Outros ajustes	(77.390.495)	(84.277.535)	(81.883.640)
8 <b>Exposição Total</b>	<b>1.343.603.780</b>	<b>1.323.021.394</b>	<b>1.285.255.152</b>

### Divulgação de informações sobre o Índice de Alavancagem

	R\$ mil		
	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Itens contabilizados no Balanço Patrimonial</b>			
1 Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	939.742.637	916.145.815	891.531.269
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(27.336.290)	(27.629.040)	(14.903.083)
3 <b>Total das exposições contabilizadas no Balanço Patrimonial</b>	<b>912.406.347</b>	<b>888.516.775</b>	<b>876.628.185</b>
<b>Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos</b>			
4 Valor de reposição em operações com derivativos	24.762.918	26.978.549	27.570.116
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	12.338.834	13.924.526	13.839.814
6 Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-	-
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-	-
8 Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-	-	-
9 Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	8.094.075	7.624.372	8.798.831
10 Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	(2.864.883)	(3.197.074)	(3.424.798)
11 <b>Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>42.330.944</b>	<b>45.330.373</b>	<b>46.783.963</b>
<b>Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)</b>			
12 Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	257.235.437	251.310.923	244.911.369
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-	-
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	7.817.388	9.710.514	6.749.914
15 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-	-
16 <b>Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários</b>	<b>265.052.825</b>	<b>261.021.437</b>	<b>251.661.283</b>
<b>Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial</b>			
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	295.254.394	299.506.454	293.415.937
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	(171.440.730)	(171.353.645)	(183.234.216)
19 <b>Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial</b>	<b>123.813.664</b>	<b>128.152.809</b>	<b>110.181.720</b>
<b>Capital e Exposição Total</b>			
20 <b>Nível I</b>	<b>115.940.337</b>	<b>115.935.547</b>	<b>101.000.684</b>
21 <b>Exposição Total</b>	<b>1.343.603.780</b>	<b>1.323.021.394</b>	<b>1.285.255.152</b>
<b>Índice de Alavancagem</b>			
22 <b>Índice de Alavancagem de Basileia III</b>	<b>8,6%</b>	<b>8,8%</b>	<b>7,9%</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

### 3 Balanço Patrimonial

#### Balanço Patrimonial

A seguir, é apresentado o comparativo do balanço patrimonial do Itaú Unibanco entre as versões das Demonstrações Contábeis Completas do Itaú Unibanco e de suas controladas (Consolidado Publicação) e a do Conglomerado Prudencial. As informações apresentadas no Conglomerado Prudencial são detalhadas de forma que os elementos patrimoniais divulgados no Anexo I deste relatório são identificados na última coluna da tabela a seguir.

#### Balanço Patrimonial Consolidado - Ativo

R\$ milhões

	Publicação	Diferenças <sup>(1)</sup>	Prudencial	Ref. Anexo I
<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2016</b>			
<b>Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.398.651</b>	<b>(168.297)</b>	<b>1.230.354</b>	
Disponibilidades	18.542	(147)	18.395	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	286.038	(6.112)	279.926	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	376.887	(157.113)	219.774	
Relações Interfinanceiras	86.557	-	86.557	
Relações Interdependências	7	-	7	
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	453.794	(5)	453.789	
Outros Créditos	173.694	(4.611)	169.083	
Créditos Tributários e Ativos Atuariais	-	-	21.489	
- Créditos Tributários de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	-	-	6.130	(b)
- Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias	-	-	15.042	(c)
- Ativos Atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido	-	-	317	(d)
Outros	-	-	147.594	
Outros Valores e Bens	3.132	(309)	2.823	
<b>Permanente</b>	<b>26.988</b>	<b>19.303</b>	<b>46.291</b>	
<b>Investimentos</b>	<b>4.944</b>	<b>16.518</b>	<b>21.462</b>	
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	883	(e)
Participações em Empresas Assemelhadas e Seguradoras	-	-	9.604	(f)
Participação em Instituições Financeiras	-	-	1.105	(a)
Outros	-	-	9.870	
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>6.811</b>	<b>(540)</b>	<b>6.271</b>	
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	-	(g)
Outras	-	-	6.271	
<b>Ágio</b>	<b>1.398</b>	<b>(355)</b>	<b>1.043</b>	
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	1.043	(e)
<b>Intangível</b>	<b>13.835</b>	<b>3.680</b>	<b>17.515</b>	
Direitos Por Aquisição Folha de Pagamento	1.045	-	1.045	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	564	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	481	(i)
Outros Ativos Intangíveis	17.479	11.003	28.482	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	6.358	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	2.772	(i)
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	18.812	(e)
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	369	(g)
Outros	-	-	171	
(Amortização Acumulada)	(4.689)	(7.323)	(12.012)	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	(1.498)	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	(1.769)	(i)
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	(8.391)	(e)
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	(354)	(g)
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.425.639</b>	<b>(148.994)</b>	<b>1.276.645</b>	

<sup>(1)</sup> Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Balanço Patrimonial Consolidado - Passivo

R\$ milhões

PASSIVO	Publicação	Diferenças <sup>(1)</sup>	Prudencial	Ref. Anexo I
	31/12/2016			
<b>Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<b>1.296.378</b>	<b>(151.678)</b>	<b>1.144.700</b>	
Depósitos	329.414	2.144	331.558	
Captações no Mercado Aberto	366.038	2.531	368.569	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	93.711	6	93.717	
Relações Interfinanceiras	592	-	592	
Relações Interdependências	5.893	2	5.895	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	75.614	-	75.614	
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.711	-	24.711	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	156.656	(156.656)	-	
<b>Outras Obrigações</b>	<b>243.749</b>	<b>295</b>	<b>244.044</b>	
Fiscais e Previdenciárias	22.296	(1.921)	20.375	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	-	-	12.779	(b)/(c)
Provisões atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido	-	-	111	(d)
Outras	-	-	7.485	
Outras	-	-	223.669	
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	<b>2.046</b>	<b>(36)</b>	<b>2.010</b>	
<b>Participações de Não Controladores</b>	<b>11.625</b>	<b>(57)</b>	<b>11.568</b>	
Participação de Não Controladores	-	-	11.568	(j)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>115.590</b>	<b>2.777</b>	<b>118.367</b>	
<b>Capital Social</b>	<b>97.148</b>	<b>-</b>	<b>97.148</b>	
Instrumentos Elegíveis	-	-	97.148	(k)
<b>Reservas de Capital</b>	<b>1.589</b>	<b>-</b>	<b>1.589</b>	
Outras Receitas e Outras Reservas	-	-	1.589	(m)
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>22.126</b>	<b>1.520</b>	<b>23.646</b>	
Reservas de Lucros	-	-	23.646	(l)
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(3.391)</b>	<b>1.257</b>	<b>(2.134)</b>	
Outras Receitas e Outras Reservas	-	-	(2.134)	(m)
<b>(Ações em Tesouraria)</b>	<b>(1.882)</b>	<b>-</b>	<b>(1.882)</b>	
Ações ou Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	-	(1.882)	(n)
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.425.639</b>	<b>(148.994)</b>	<b>1.276.645</b>	

<sup>(1)</sup> Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

## Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, é apresentada a lista das instituições que são consolidadas no Consolidado Publicação. As instituições que, além de compor o Consolidado Publicação, também compõem o Conglomerado Prudencial, estão identificadas a seguir.

### Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Instituições que compõem o Consolidado Publicação e o Conglomerado Prudencial	
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Referenciado DI	Itaú BBA International (Cayman) Ltd.
Banco CorpBanca Colombia S.A.	Itaú BBA International plc
Banco Investcred Unibanco S.A.	Itaú BBA USA Securities Inc.
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros
Banco Itaú Argentina S.A.	Itaú CorpBanca
Banco Itaú BBA S.A.	Itaú Corretora de Valores S.A.
Banco Itaú Consignado S.A.	Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Banco Itaú International	Itaú EU Lux-Itaú Latin America Equity Fund
Banco Itaú Paraguay S.A.	Itaú International Securities Inc.
Banco Itaú Uruguay S.A.	Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado
Banco Itaú Veículos S.A.	Itaú Unibanco Holding Cayman Branch
Banco Itaubank S.A.	Itaú Unibanco Holding S.A.
Banco Itaucard S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Banco Itauleasing S.A.	Itaú Unibanco S.A. Cayman Branch
CorpBanca Corredores de Bolsa S.A.	Itaú Unibanco S.A. New York Branch
CorpBanca Investment Trust Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Itaú Unibanco S.A. Tokyo Branch
CorpBanca New York Branch	Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch
CorpBanca Securities INC	Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.
Ctbn Fundo de Investimento Imobiliário - FII	Itaú Valores S.A.
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Itaúvest Distribuidora de Títulos e Val. Mobiliários S.A.
Estrutura III - Fundo de Investimento em Participações	ITB Holding Ltd.
Fideicomisos Financiero Privados BHSA	Kinea Dinâmico Master - Long Biased Fundo de Investimento em Ações
Fideicomisos Financiero TB1	Kinea I Pipe Fundo de Investimento em Ações
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financ. e Investimento	Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações
Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados América Multicarteira	Kinea I Total Return Equity - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Barzel	Kinea II Macro Fundo de Investimento Multimercado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados NPL I	Kinea Macro Offshore Segregated Portfolio
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	Licania Fund Limited
Helm Bank (Panamá) S.A.	Luizacred S.A. Soc. de Crédito Financiamento e Investimento
Helm Casa de Valores (Panamá) S.A.	MCC S.A. Corredores de Bolsa
Helm Comisionista de Bolsa S.A.	MCC Securities Inc.
Helm Fiduciária S.A.	Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	OCA S.A.
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Redecard S.A.
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Rt Enterprise Soberano Renda Fixa Fundo de Investimento
Itaú Asia Securities Ltd.	Rt Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Referenciado DI
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	Rt Voyager Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	Scala Curto Prazo - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento
Itaú Bank, Ltd.	Smu Corp S.A.
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera	Uni-Investment International Corp.
Itaú BBA Corredor de Bolsa Ltda.	Universo Fundo de Investimento em Participações

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições que compõem somente o Consolidado Publicação	
ACO Ltda.	Itaú Japan Asset Management Limited
Afinco Americas Madeira, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda	Itaú Middle East Limited
Albarus S.A.	Itaú Participação Ltda.
Banco Del Paraná S.A.	Itaú Rent Administração e Participações Ltda.
BICSA Holdings Ltd.	Itaú Seguros S.A.
BIE Cayman Ltd.	Itaú UK Asset Management Limited
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Itaú USA Asset Management Inc.
CGB II SPA	Itaú Vida e Previdência S.A.
Cia. Itaú de Capitalização	Itauprev Retirement Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
CorpBanca Administradora General de Fondos S.A.	Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Lda
CorpBanca Corredores de Seguros S.A.	Itauseg Participações S.A.
CorpLegal S.A.	Itauseg Saúde S.A.
Estrel Serviços Administrativos S.A.	ITB Holding Brasil Participações Ltda.
FC Recovery S.A.U.	Itrust Servicios Inmobiliarios S.A.C.I.
FIC Promotora de Vendas Ltda.	IU Seguros S.A.
Helm Corredor de Seguros S.A.	Jasper International Investment LLC
iCarros Ltda.	Karen International Limited
IGA Participações S.A.	Kinea Investimentos Ltda.
Investimentos Bemge S.A.	Marcep Corretagem de Seguros S.A.
IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, Lda	Maxipago Serviços de Internet Ltda.
Itaú Administração Previdenciária Ltda.	MCC Asesorías Limitada
Itaú Asesorías Financieras S.A.	Mundostar S.A.
Itaú Asset Management S.A. Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión	Nevada Woods S.A.
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Proserv - Promociones y Servicios S.A. de Capital Variable
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Provar Negócios de Varejo Ltda.
Itaú BBA México, S.A. de C.V.	Recaudaciones y Cobranzas S.A.
Itaú BBA Participações S.A.	Recovery do Brasil Consultoria S.A.
Itaú BBA Trading S.A.	Recuperadora de Créditos Ltda.
Itaú BMG Seguradora S.A.	Rt Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa
Itaú Cayman Directors Ltd.	Rt Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa
Itaú Cayman Nominees Ltd.	Rt Columbia Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento
Itaú Chile Administradora General de Fondos S.A.	Rt Defiant Multimercado - Fundo de Investimento
Itaú Chile Compañía de Seguros de Vida S.A.	Rt Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
Itaú Chile Corredora de Seguros Ltda.	Rt Excelsior Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.	Rt Multigestor 4 Fundo de Investimento em Cotas De Fundos de Investimento Multimercado
Itaú Corretora de Seguros Ltda.	Rt Nation Renda Fixa - Fundo de Investimento
Itaú Europa Luxembourg S.A	Rt Union Renda Fixa Fundo de Investimento
Itaú Gestão de Vendas Ltda.	Rt Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento
Itaú Global Asset Management Limited	Topaz Holding Ltd.
Itaú Institucional Curto Prazo - Fundo de Investimento	Tullipa S.A.
Itaú International Investment LLC	Unión Capital AFAP S.A.
Instituição que compõe somente o Conglomerado Prudencial	
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	

## Instituições relevantes

O ativo total, o patrimônio líquido e o segmento de atuação das empresas consideradas relevantes, inclusive as sujeitas à ponderação de risco para fins de requerimento de capital, são apresentados a seguir:

### Empresas consideradas relevantes

Instituições	País	Segmento	31/12/2016		30/09/2016		31/12/2015	
			Ativo total	Pat. Líquido	Ativo total	Pat. Líquido	Ativo total	Pat. Líquido
Banco CorpBanca Colômbia S.A. <sup>(1)</sup>	Colômbia	Instituição Financeira	33.918	3.785	36.697	4.075	-	-
Banco Itaú Argentina S.A. <sup>(1)</sup>	Argentina	Instituição Financeira	5.763	693	4.935	673	6.918	777
Banco Itaú BBA S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	6.281	2.790	5.493	2.766	6.293	5.690
Banco Itaú Consignado S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	30.187	2.405	38.820	2.428	42.265	2.290
Banco Itaú Chile <sup>(1)</sup>	Chile	Instituição Financeira	-	-	-	-	46.458	4.315
Banco Itaú Paraguay S.A. <sup>(1)</sup>	Paraguai	Instituição Financeira	10.426	1.226	10.671	1.460	12.417	1.639
Banco Itaú Suisse S.A. <sup>(1)</sup>	Suíça	Instituição Financeira	5.170	638	5.483	649	6.096	714
Banco Itaú Uruguay S.A. <sup>(1)</sup>	Uruguai	Instituição Financeira	14.018	1.156	14.935	1.199	16.510	1.296
Banco Itaucard S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	105.645	7.518	106.670	10.527	107.221	19.383
Banco Itauleasing S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	11.348	11.056	11.110	10.831	10.875	10.245
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	4.152	639	4.034	544	4.099	679
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil <sup>(1)</sup>	Brasil	Arrendamento Mercantil	150.822	4.204	168.465	4.496	167.917	3.864
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento <sup>(1)</sup>	Brasil	Sociedade de Crédito	4.154	1.089	3.746	1.067	3.983	908
Hipercard Banco Múltiplo S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	14.396	4.128	13.064	4.190	9.516	3.915
Itau Bank, Ltd. <sup>(1)</sup>	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	13.588	2.805	14.271	3.306	43.097	1.592
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera <sup>(1)</sup>	Colômbia	Instituição Financeira	431	341	480	351	677	393
Itaú BBA International plc <sup>(1)</sup>	Reino Unido	Instituição Financeira	18.665	3.366	20.312	3.321	27.497	3.938
Itaú BBA USA Securities Inc. <sup>(1)</sup>	Estados Unidos	Corretora de Valores	1.532	1.392	1.485	1.380	1.811	1.687
Itaú BMG Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	177	70	181	69	195	77
Itaú CorpBanca <sup>(1)</sup>	Chile	Instituição Financeira	105.113	14.931	110.545	15.392	-	-
Itaú Corretora de Valores S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	3.756	1.364	3.203	1.556	4.519	1.365
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	9.155	5.214	10.086	5.077	10.858	5.435
Itaú Unibanco S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	1.241.315	69.466	1.237.800	76.481	1.297.135	56.199
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	154.217	4.095	147.504	3.964	128.760	3.769
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento <sup>(1)</sup>	Brasil	Sociedade de Crédito	4.491	593	4.194	577	4.376	609
Redecard S.A. - REDE <sup>(1)</sup>	Brasil	Adquirente	55.253	14.867	49.620	15.180	50.635	13.729

<sup>(1)</sup> Instituições que compõem o Consolidado Prudencial.

## 4 Participações societárias

### 4.1 Participações Societárias não classificadas na carteira de negociação

As Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco e de suas Controladas foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, em consonância, quando aplicável, com os normativos do BACEN, do CMN, da CVM, da SUSEP, do CNSP e da PREVIC, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se referem à constituição de provisões e avaliação de ativos financeiros.

As participações societárias avaliadas ao custo de aquisição são classificadas no Ativo Permanente quando há intenção de permanência e submetidas, semestralmente, ao teste de redução ao valor recuperável de ativos. As participações que não representam intenção de permanência são classificadas em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e mensuradas a valor de mercado.

O Itaú Unibanco aplica suas políticas de forma sistemática, assegurando a consistência e a comparabilidade das suas informações.

No quarto trimestre de 2016, não ocorreram alterações significativas nas políticas relacionadas a participações societárias.

O Itaú Unibanco detém participações societárias principalmente por razões estratégicas e para obtenção de ganhos de capital.

Maiores informações sobre as políticas contábeis do Itaú Unibanco podem ser consultadas na Nota Explicativa “4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis” das Demonstrações Contábeis Completas, disponíveis no [site www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores).

A avaliação do risco de participações societárias não classificadas na carteira de negociação, denominado risco de investimentos financeiros, está inserida no processo de avaliação de riscos do Itaú Unibanco, no âmbito do ICAAP. Nesta avaliação, simula-se a perda dos ativos em cenário de estresse.

O quadro abaixo demonstra os valores referentes às participações societárias avaliadas ao custo de aquisição classificadas no Ativo Permanente, excluindo aquelas tratadas pelo método de equivalência patrimonial, e aos investimentos em ações classificados em TVM, ambos não classificados na carteira de negociação. Em 31 de dezembro de 2016, o capital requerido para essas participações societárias foi de R\$ 86,5 milhões.

#### Participações Societárias Não Classificadas na Carteira de Negociação

R\$ milhões

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Valor contábil</b>	<b>616,3</b>	<b>313,5</b>	<b>573,9</b>
Capital Aberto	425,6	73,4	396,7
Capital Fechado	190,8	240,0	177,2
<b>Valor de Mercado</b>	<b>834,6</b>	<b>540,1</b>	<b>715,1</b>
Capital Aberto	602,0	251,9	516,3
Capital Fechado	232,6	288,2	198,8
<b>Ganhos ou Perdas decorrentes de Participações Societárias</b>	<b>0,1</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>
<b>Ganhos ou Perdas reconhecidos e não realizados</b>	<b>(71,3)</b>	<b>(145,4)</b>	<b>(159,2)</b>
<b>Ganhos ou Perdas não reconhecidos e não realizados</b>	<b>218,6</b>	<b>218,0</b>	<b>141,1</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.



### 5 Risco de Crédito

#### 5.1 Estrutura e Tratamento

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do Itaú Unibanco visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseado em órgãos colegiados, subordinados ao Conselho de Administração ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco, que atuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito. O Itaú Unibanco gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação.

A instituição conta com uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de mudanças potenciais no ambiente econômico. É feito o monitoramento contínuo da carteira da instituição e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e a legislação em vigor em cada país. As unidades de negócio possuem como principais atribuições (i) o monitoramento das carteiras sob suas responsabilidades, (ii) a concessão de crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, as mudanças em mercados e produtos e os efeitos de concentração setorial e geográfica, e (iii) a gestão do risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros; e fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros. O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao Itaú Unibanco identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito, é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação do Itaú Unibanco com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o Itaú Unibanco já tem uma relação). As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

O Itaú Unibanco possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados. Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo Itaú Unibanco de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

O Itaú Unibanco também controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, o Itaú Unibanco leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de

crédito, da gestão da carteira e da definição de limites. Modelos são usados como ferramentas para essa quantificação, pela contribuição que eles podem trazer para a tomada de decisões mais apuradas.

Os modelos usados pelo Itaú Unibanco passam por um processo de validação independente que visa a verificar a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros. A finalidade é minimizar o risco de modelo e manter os modelos calibrados para que reflitam com maior acurácia os parâmetros de risco.

O Itaú Unibanco também dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco país seja gerido e controlado, descrito no item “9 Outros Riscos”.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 3.721, o Itaú Unibanco possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site [www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

## 5.2 Análise da Carteira de Crédito

As informações apresentadas nas tabelas seguintes permitem a análise da carteira de crédito e seu comportamento sob diversas óticas: operações com características de concessão de crédito segregadas por país, por região geográfica, por setor econômico e por tipo de produto, prazo a decorrer das operações, concentração da carteira de crédito nos maiores devedores, além do montante das operações em atraso e montante das provisões.

### Operações com Características de Concessão de Crédito por País e por Região Geográfica do Brasil

#### Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> no Brasil: Exposição

R\$ milhões

	31/12/2016						30/09/2016
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Brasil	Brasil
<b>Pessoa Física</b>	<b>126.038</b>	<b>21.634</b>	<b>7.246</b>	<b>28.875</b>	<b>12.330</b>	<b>196.123</b>	<b>194.669</b>
Crédito Rural	137	31	-	1	5	174	193
Imobiliário	31.797	2.609	388	1.440	1.744	37.978	37.092
Consignado	23.460	5.090	3.420	7.842	3.352	43.164	44.255
Veículos e Arrendamento Mercantil	7.956	2.416	759	2.003	1.554	14.688	15.155
Cartão de Crédito	41.751	8.539	2.163	15.909	3.966	72.328	68.999
Avais e Fianças	537	26	1	6	47	617	632
Crédito Pessoal (Outros)	20.400	2.923	515	1.674	1.662	27.174	28.343
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>185.930</b>	<b>17.922</b>	<b>1.538</b>	<b>7.201</b>	<b>5.161</b>	<b>217.752</b>	<b>218.840</b>
Crédito Rural	5.733	3.632	9	278	732	10.384	9.806
Investimento	38.631	4.651	561	2.356	2.012	48.211	51.715
Importação e Exportação	21.069	1.266	140	345	190	23.010	22.781
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	74.078	7.480	712	3.730	1.988	87.988	85.345
Avais e Fianças	42.730	291	37	132	61	43.251	44.519
Outros	3.689	602	79	360	178	4.908	4.674
<b>Total</b>	<b>311.968</b>	<b>39.556</b>	<b>8.784</b>	<b>36.076</b>	<b>17.491</b>	<b>413.875</b>	<b>413.509</b>

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> por País: Exposição

R\$ milhões

	31/12/2016										Total	Total
	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Estados Unidos	Paraguai	Reino Unido	Suíça	Uruguai	Outros	Total	Total
<b>Pessoa Física</b>	<b>196.123</b>	<b>1.308</b>	<b>34.236</b>	<b>8.576</b>	<b>225</b>	<b>2.306</b>	-	-	<b>2.486</b>	<b>23</b>	<b>245.283</b>	<b>245.189</b>
Crédito Rural	174	-	-	-	-	-	-	-	-	-	174	193
Imobiliário	37.978	2	18.435	1.140	-	197	-	-	272	-	58.024	57.193
Consignado	43.164	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.164	44.255
Veículos e Arrendamento Mercantil	14.688	-	-	216	-	132	-	-	-	-	15.036	15.506
Cartão de Crédito	72.328	994	2.299	870	-	635	-	-	1.498	-	78.624	75.128
Avais e Fianças	617	-	24	3	1	1	-	-	4	10	660	680
Crédito Pessoal (Outros)	27.174	312	13.478	6.347	224	1.341	-	-	712	13	49.601	52.234
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>217.752</b>	<b>2.560</b>	<b>50.576</b>	<b>16.435</b>	<b>5.750</b>	<b>3.783</b>	<b>9.472</b>	<b>2.477</b>	<b>5.312</b>	<b>876</b>	<b>314.993</b>	<b>319.251</b>
Crédito Rural	10.384	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.384	9.806
Investimento	48.211	3	4.594	2.721	-	21	20	-	38	79	55.687	59.402
Importação e Exportação	23.010	474	1.566	382	3.069	-	2.510	2.450	30	-	33.491	32.842
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	87.988	1.797	39.158	12.051	2.383	3.562	6.797	-	4.965	693	159.404	160.004
Avais e Fianças	43.251	286	5.088	1.118	298	199	145	27	251	104	50.767	52.231
Outros	4.908	-	160	163	-	1	-	-	28	-	5.260	4.966
<b>Total</b>	<b>413.875</b>	<b>3.868</b>	<b>84.812</b>	<b>25.011</b>	<b>5.975</b>	<b>6.089</b>	<b>9.472</b>	<b>2.477</b>	<b>7.798</b>	<b>899</b>	<b>560.276</b>	<b>564.440</b>

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> no Brasil: Exposição Média no Trimestre

R\$ milhões

	31/12/2016						30/09/2016
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Brasil	Brasil
<b>Pessoa Física</b>	<b>125.555</b>	<b>21.561</b>	<b>7.278</b>	<b>28.649</b>	<b>12.353</b>	<b>195.396</b>	<b>195.533</b>
Crédito Rural	146	31	-	2	4	183	220
Imobiliário	31.429	2.577	386	1.422	1.722	37.536	36.610
Consignado	23.703	5.147	3.466	7.985	3.408	43.709	44.832
Veículos e Arrendamento Mercantil	8.123	2.452	764	2.017	1.566	14.922	15.547
Cartão de Crédito	40.808	8.328	2.130	15.498	3.899	70.663	69.085
Avais e Fianças	542	27	2	6	48	625	643
Crédito Pessoal (Outros)	20.804	2.999	530	1.719	1.706	27.758	28.596
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>186.549</b>	<b>17.594</b>	<b>1.576</b>	<b>7.436</b>	<b>5.141</b>	<b>218.296</b>	<b>222.619</b>
Crédito Rural	5.692	3.339	8	274	783	10.096	9.332
Investimento	40.157	4.774	593	2.482	1.958	49.964	53.907
Importação e Exportação	20.752	1.297	143	522	182	22.896	24.005
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	72.939	7.320	728	3.690	1.990	86.667	85.297
Avais e Fianças	43.376	285	30	130	62	43.883	45.791
Outros	3.633	579	74	338	166	4.790	4.287
<b>Total</b>	<b>312.104</b>	<b>39.155</b>	<b>8.854</b>	<b>36.085</b>	<b>17.494</b>	<b>413.692</b>	<b>418.152</b>

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Operações com Características de Concessão de Crédito<sup>(1)</sup> por País: Exposição Média no Trimestre

	31/12/2016											30/09/2016	
	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Estados Unidos	Paraguai	Reino Unido	Suíça	Uruguai	Outros	Total	Total	
<b>Pessoa Física</b>	<b>195.396</b>	<b>1.247</b>	<b>35.013</b>	<b>8.687</b>	<b>114</b>	<b>2.313</b>	-	-	<b>2.443</b>	<b>23</b>	<b>245.236</b>	<b>245.095</b>	
Crédito Rural	183	-	-	-	-	-	-	-	-	-	183	220	
Imobiliário	37.536	2	18.468	1.139	-	195	-	-	270	-	57.610	56.516	
Consignado	43.709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.709	44.832	
Veículos e Arrendamento Mercantil	14.922	-	-	217	-	132	-	-	-	-	15.271	15.903	
Cartão de Crédito	70.663	951	2.278	886	-	648	-	1.449	-	-	76.875	75.144	
Avais e Fianças	625	-	26	3	2	-	-	6	9	671	694		
Crédito Pessoal (Outros)	27.758	294	14.241	6.442	112	1.338	-	718	14	50.917	51.786		
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>218.296</b>	<b>2.512</b>	<b>51.763</b>	<b>17.037</b>	<b>5.580</b>	<b>3.792</b>	<b>9.755</b>	<b>2.213</b>	<b>5.174</b>	<b>1.000</b>	<b>317.122</b>	<b>322.929</b>	
Crédito Rural	10.096	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.096	9.332	
Investimento	49.964	2	4.686	2.732	-	13	21	-	40	87	57.545	61.466	
Importação e Exportação	22.896	430	1.632	347	2.975	-	2.670	2.185	30	-	33.165	34.657	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	86.667	1.737	40.177	12.686	2.304	3.575	6.916	-	4.840	804	159.706	159.315	
Avais e Fianças	43.883	343	5.116	1.118	301	203	148	28	249	109	51.498	53.587	
Outros	4.790	-	152	154	-	1	-	-	15	-	5.112	4.572	
<b>Total</b>	<b>413.692</b>	<b>3.759</b>	<b>86.776</b>	<b>25.724</b>	<b>5.694</b>	<b>6.105</b>	<b>9.755</b>	<b>2.213</b>	<b>7.617</b>	<b>1.023</b>	<b>562.358</b>	<b>568.024</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## Operações com Características de Concessão de Crédito por Setor Econômico

A composição da carteira de crédito por tipo de crédito e por setor econômico (pessoa jurídica) é apresentada abaixo:

### Operações com Características de Concessão de Crédito<sup>(1)</sup> - Exposição (Pessoa Física)

Pessoa Física	31/12/2016								30/09/2016	
	Crédito Rural	Imobiliário	Consignado	Veículos e Arrendamento Mercantil	Cartão de Crédito	Avais e Fianças	Crédito Pessoal (Outros)	Total	Total	
<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>58.024</b>	<b>43.164</b>	<b>15.036</b>	<b>78.624</b>	<b>660</b>	<b>49.601</b>	<b>245.283</b>	<b>245.189</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Pessoa Jurídica	31/12/2016												30/09/2016			
	Crédito Rural	Investimento	Importação e Exportação	Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	Avais e Fianças	Outros	Total	Total								
<b>Total</b>	<b>10.384</b>	<b>100,0%</b>	<b>54.101</b>	<b>97,2%</b>	<b>32.397</b>	<b>96,7%</b>	<b>159.022</b>	<b>99,8%</b>	<b>49.960</b>	<b>98,4%</b>	<b>5.259</b>	<b>100,0%</b>	<b>311.123</b>	<b>98,8%</b>	<b>315.467</b>	<b>98,8%</b>
<b>Setor Público</b>	-	0,0%	1.586	2,8%	1.094	3,3%	382	0,2%	807	1,6%	807	1,6%	3.870	1,2%	3.784	1,2%
Energia	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	63	0,0%	1	0,0%	-	0,0%	64	0,0%	191	0,1%
Petroquímica & Química	-	0,0%	1.521	2,7%	1.020	3,0%	4	0,0%	790	1,6%	-	0,0%	3.335	1,1%	3.381	1,1%
Diversos	-	0,0%	65	0,1%	74	0,2%	315	0,2%	16	0,0%	1	0,0%	471	0,1%	212	0,1%
<b>Setor Privado</b>	<b>10.384</b>	<b>100,0%</b>	<b>54.101</b>	<b>97,2%</b>	<b>32.397</b>	<b>96,7%</b>	<b>159.022</b>	<b>99,8%</b>	<b>49.960</b>	<b>98,4%</b>	<b>5.259</b>	<b>100,0%</b>	<b>311.123</b>	<b>98,8%</b>	<b>315.467</b>	<b>98,8%</b>
Alcool e Açúcar	1.441	13,9%	3.812	6,8%	2.294	6,8%	438	0,3%	478	0,9%	33	0,6%	8.496	2,7%	8.500	2,7%
Agro e Fertilizantes	2.527	24,3%	1.393	2,5%	4.375	13,1%	6.910	4,3%	1.216	2,4%	67	1,3%	16.488	5,2%	15.707	4,9%
Alimentos e Bebidas	1.801	17,3%	2.815	5,1%	1.779	5,3%	6.974	4,4%	3.707	7,3%	160	3,0%	17.236	5,5%	15.737	4,9%
Bancos e Outras Inst. Financ.	641	6,2%	640	1,1%	28	0,1%	7.939	5,0%	3.280	6,5%	15	0,3%	12.543	4,0%	14.566	4,6%
Bens de Capital	141	1,4%	1.120	2,0%	889	2,7%	2.584	1,6%	1.555	3,1%	218	4,1%	6.507	2,1%	6.645	2,1%
Celulose e Papel	106	1,0%	701	1,3%	1.325	4,0%	800	0,5%	326	0,6%	16	0,3%	3.274	1,0%	3.152	1,0%
Eletroeletrônicos & TI	-	0,0%	358	0,6%	163	0,5%	2.971	1,9%	1.844	3,6%	198	3,8%	5.534	1,8%	5.366	1,7%
Embalagens	3	0,0%	504	0,9%	357	1,1%	1.283	0,8%	412	0,8%	66	1,3%	2.625	0,8%	2.401	0,8%
Energia & Saneamento	-	0,0%	4.528	8,1%	50	0,1%	3.214	2,0%	4.610	9,1%	436	8,3%	12.838	4,1%	12.275	3,8%
Ensino	-	0,0%	263	0,5%	-	0,0%	1.775	1,1%	973	1,9%	48	0,9%	3.059	1,0%	2.762	0,9%
Farmacêuticos & Cosméticos	-	0,0%	354	0,6%	320	1,0%	3.643	2,3%	1.447	2,9%	134	2,5%	5.898	1,9%	5.852	1,8%
Imobiliário	42	0,4%	13.455	24,2%	8	0,0%	10.922	6,9%	1.351	2,7%	210	4,0%	25.988	8,3%	26.812	8,4%
Lazer & Turismo	1	0,0%	453	0,8%	120	0,4%	3.954	2,5%	377	0,7%	242	4,6%	5.147	1,6%	4.904	1,5%
Madeira & Móveis	60	0,6%	379	0,7%	465	1,4%	1.468	0,9%	101	0,2%	113	2,1%	2.586	0,8%	2.799	0,9%
Mat Construção	-	0,0%	1.056	1,9%	592	1,8%	3.317	2,1%	1.251	2,5%	155	2,9%	6.371	2,0%	6.508	2,0%
Metalurgia/Siderurgia	46	0,4%	781	1,4%	1.074	3,2%	4.493	2,8%	1.248	2,5%	742	14,1%	8.384	2,7%	9.077	2,8%
Mídia	-	0,0%	234	0,4%	58	0,2%	432	0,3%	290	0,6%	19	0,4%	1.033	0,3%	1.025	0,3%
Mineração	1	0,0%	520	0,9%	632	1,9%	3.166	2,0%	1.980	3,9%	54	1,0%	6.353	2,0%	7.010	2,2%
Obras de Infra-Estrutura	5	0,0%	1.098	2,0%	576	1,7%	5.441	3,4%	1.705	3,4%	274	5,2%	9.099	2,9%	9.193	2,9%
Petróleo & Gás <sup>(2)</sup>	32	0,3%	631	1,1%	545	1,6%	3.766	2,4%	1.586	3,1%	78	1,5%	6.638	2,1%	6.815	2,1%
Petroquímica & Química	135	1,3%	774	1,4%	1.672	5,0%	5.826	3,7%	1.467	2,9%	162	3,1%	10.036	3,2%	10.250	3,2%
Saúde	1	0,0%	529	0,9%	46	0,1%	1.947	1,2%	450	0,9%	49	0,9%	3.022	1,0%	3.009	0,9%
Seguros & Resseguros & Previdência	-	0,0%	18	0,0%	-	0,0%	30	0,0%	49	0,1%	-	0,0%	97	0,0%	96	0,0%
Telecomunicações	-	0,0%	405	0,7%	13	0,0%	1.082	0,7%	3.079	6,1%	13	0,2%	4.592	1,5%	4.232	1,3%
Vestuário & Calçados	70	0,7%	705	1,3%	718	2,1%	2.759	1,7%	389	0,8%	131	2,5%	4.772	1,5%	4.793	1,5%
Tradings	23	0,2%	120	0,2%	649	1,9%	817	0,5%	194	0,4%	25	0,5%	1.828	0,6%	1.826	0,6%
Transportes	8	0,1%	6.104	11,0%	494	1,5%	4.699	2,9%	1.445	2,8%	275	5,2%	13.025	4,1%	13.568	4,2%
Utilidades Domésticas	-	0,0%	89	0,2%	172	0,5%	1.556	1,0%	483	1,0%	18	0,3%	2.318	0,7%	2.139	0,7%
Veículos/Auto-Peças	-	0,0%	2.608	4,7%	4.583	13,7%	6.217	3,9%	4.012	7,9%	218	4,1%	17.638	5,6%	17.787	5,6%
Terceiro Setor	-	0,0%	27	0,0%	-	0,0%	3.186	2,0%	72	0,1%	3	0,1%	3.288	1,0%	3.474	1,1%
Editorial e Gráfico	-	0,0%	129	0,2%	29	0,1%	761	0,5%	146	0,3%	86	1,6%	1.151	0,4%	1.121	0,4%
Comércio - Diversos	3	0,0%	1.239	2,2%	499	1,5%	13.801	8,7%	1.971	3,9%	509	9,7%	18.022	5,7%	18.340	5,7%
Indústria - Diversos	11	0,1%	82	0,1%	4.605	13,7%	2.822	1,8%	254	0,5%	14	0,3%	7.788	2,5%	8.055	2,5%
Serviços - Diversos	98	0,9%	3.023	5,4%	2.750	8,2%	29.521	18,5%	3.364	6,6%	475	9,0%	39.231	12,5%	39.798	12,5%
Diversos	3.188	30,7%	3.154	5,7%	517	1,5%	8.508	5,3%	2.848	5,6%	3	0,1%	18.218	5,8%	19.873	6,2%
<b>Total</b>	<b>10.384</b>	<b>100,0%</b>	<b>55.687</b>	<b>100,0%</b>	<b>33.491</b>	<b>100,0%</b>	<b>159.404</b>	<b>100,0%</b>	<b>50.767</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.260</b>	<b>100,0%</b>	<b>314.993</b>	<b>100,0%</b>	<b>319.251</b>	<b>100,0%</b>

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

<sup>(2)</sup> Contempla comércio de combustível.

## Prazo a decorrer das operações

A seguir, o prazo a decorrer das operações com característica de concessão de crédito detalhado pelos principais produtos:

Prazo a decorrer das operações <sup>(1)</sup>

	31/12/2016					30/09/2016				
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
<b>Pessoa Física</b>	<b>65.834</b>	<b>4.467</b>	<b>58.352</b>	<b>80.771</b>	<b>209.424</b>	<b>63.431</b>	<b>4.901</b>	<b>60.275</b>	<b>80.560</b>	<b>209.167</b>
Crédito Rural	30	63	66	6	165	56	43	75	7	181
Imobiliário	78	39	1.144	56.755	58.016	73	34	1.115	55.953	57.175
Consignado	276	750	25.927	16.236	43.189	303	752	27.109	16.156	44.320
Veículos e Arrendamento Mercantil	484	1.212	13.294	54	15.044	620	1.244	13.619	46	15.529
Cartão de crédito	58.102	-	-	-	58.102	54.483	-	-	-	54.483
Avais e Fianças	107	102	72	376	657	147	102	60	368	677
Crédito Pessoal (Outros)	6.757	2.301	17.849	7.344	34.251	7.749	2.726	18.297	8.030	36.802
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>87.677</b>	<b>33.760</b>	<b>107.478</b>	<b>69.927</b>	<b>298.842</b>	<b>85.649</b>	<b>31.687</b>	<b>110.884</b>	<b>74.033</b>	<b>302.253</b>
Crédito Rural	3.900	3.542	2.053	540	10.035	3.528	3.155	1.989	489	9.161
Investimento	4.444	4.732	25.887	17.073	52.136	4.538	4.973	27.496	18.661	55.668
Importação e Exportação	15.471	4.439	11.114	2.460	33.484	13.908	4.107	12.523	2.262	32.800
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	53.521	13.661	55.407	24.564	147.153	52.217	12.127	56.961	26.113	147.418
Avais e Fianças	9.965	7.138	9.366	24.302	50.771	11.184	7.106	8.527	25.418	52.235
Outros	376	248	3.651	988	5.263	274	219	3.388	1.090	4.971
<b>Total</b>	<b>153.511</b>	<b>38.227</b>	<b>165.830</b>	<b>150.698</b>	<b>508.266</b>	<b>149.080</b>	<b>36.588</b>	<b>171.159</b>	<b>154.593</b>	<b>511.420</b>

<sup>(1)</sup> Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

## Concentração nos Maiores Devedores

Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos Maiores Devedores

R\$ milhões

	31/12/2016		30/09/2016		31/12/2015	
	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira
<b>Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos <sup>(1)</sup></b>						
Maior Devedor	4.134	0,7%	4.081	0,7%	4.754	0,9%
10 Maiores Devedores	31.172	5,5%	31.716	5,6%	35.526	6,5%
20 Maiores Devedores	48.129	8,6%	48.564	8,6%	55.184	10,1%
50 Maiores Devedores	79.010	14,1%	80.974	14,3%	92.745	17,1%
100 Maiores Devedores	106.712	19,0%	109.131	19,2%	123.664	22,7%

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais e fianças. Não incluem compromissos de crédito.

Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos Maiores Devedores

R\$ milhões

	31/12/2016		30/09/2016		31/12/2015	
	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira
<b>Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários <sup>(1)</sup></b>						
Maior Devedor	7.784	1,2%	8.051	1,2%	8.051	1,3%
10 Maiores Devedores	43.511	6,7%	46.432	7,0%	51.672	8,1%
20 Maiores Devedores	69.455	10,7%	74.923	11,4%	82.208	12,8%
50 Maiores Devedores	113.259	17,4%	118.909	18,0%	134.405	21,0%
100 Maiores Devedores	151.392	23,3%	156.474	23,7%	175.681	27,4%

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais e fianças. Não incluem compromissos de crédito.

## Operações em Atraso

A seguir, detalhamento do montante das operações em atraso:

### Montante das Operações em Atraso: Países e Regiões

R\$ milhões

	31/12/2016						30/09/2016					
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Sudeste	4.527	1.732	4.037	5.058	589	15.943	5.730	2.135	5.997	5.084	497	19.443
Sul	862	287	684	951	110	2.894	1.023	294	759	981	100	3.157
Norte	314	88	240	269	51	962	339	109	230	317	34	1.029
Nordeste	755	312	920	1.261	140	3.388	999	404	928	1.234	112	3.677
Centro-Oeste	511	175	405	551	69	1.711	560	176	441	568	55	1.800
Brasil	6.969	2.594	6.286	8.090	959	24.898	8.651	3.118	8.355	8.184	798	29.106
Exterior	2.428	493	734	664	123	4.442	2.380	437	722	789	281	4.609
<b>Total Geral</b>	<b>9.397</b>	<b>3.087</b>	<b>7.020</b>	<b>8.754</b>	<b>1.082</b>	<b>29.340</b>	<b>11.031</b>	<b>3.555</b>	<b>9.077</b>	<b>8.973</b>	<b>1.079</b>	<b>33.715</b>

### Montante das Operações em Atraso: Setor Econômico

R\$ milhões

	31/12/2016						30/09/2016					
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Setor Público	-	-	2	-	-	2	1	1	-	-	-	2
Setor Privado	9.397	3.087	7.018	8.754	1.082	29.338	11.030	3.554	9.077	8.973	1.079	33.713
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>2.691</b>	<b>991</b>	<b>2.207</b>	<b>2.977</b>	<b>397</b>	<b>9.263</b>	<b>3.542</b>	<b>1.362</b>	<b>4.167</b>	<b>3.054</b>	<b>450</b>	<b>12.575</b>
Indústria e Comércio	1.189	412	1.137	1.894	238	4.870	1.148	574	1.681	1.773	255	5.431
Serviços	1.356	496	841	906	146	3.745	1.997	649	2.341	1.139	165	6.291
Primário	139	82	222	173	13	629	383	137	143	138	30	831
Outros	7	1	7	4	-	19	14	2	2	4	-	22
<b>Pessoa Física</b>	<b>6.706</b>	<b>2.096</b>	<b>4.811</b>	<b>5.777</b>	<b>685</b>	<b>20.075</b>	<b>7.488</b>	<b>2.192</b>	<b>4.910</b>	<b>5.919</b>	<b>629</b>	<b>21.138</b>
<b>Total Geral</b>	<b>9.397</b>	<b>3.087</b>	<b>7.020</b>	<b>8.754</b>	<b>1.082</b>	<b>29.340</b>	<b>11.031</b>	<b>3.555</b>	<b>9.077</b>	<b>8.973</b>	<b>1.079</b>	<b>33.715</b>

## Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, o Itaú Unibanco considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso, definindo o volume de provisionamento regulatório.

### Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no Trimestre

R\$ milhões

	31/12/2016				30/09/2016			
	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixas	Saldo Final	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixas	Saldo Final
Setor Público	(4)	(2)	-	(6)	(6)	2	-	(4)
Setor Privado	(39.099)	(5.887)	7.561	(37.425)	(38.459)	(6.123)	5.483	(39.099)
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>(19.838)</b>	<b>(1.771)</b>	<b>3.946</b>	<b>(17.663)</b>	<b>(18.941)</b>	<b>(2.635)</b>	<b>1.738</b>	<b>(19.838)</b>
Indústria e Comércio	(7.984)	(328)	1.508	(6.804)	(7.602)	(1.283)	901	(7.984)
Serviços	(10.180)	(1.265)	2.361	(9.084)	(9.577)	(1.146)	543	(10.180)
Primário	(1.613)	(213)	74	(1.752)	(1.736)	(167)	290	(1.613)
Outros PJ	(61)	35	3	(23)	(26)	(39)	4	(61)
<b>Pessoa Física</b>	<b>(19.261)</b>	<b>(4.116)</b>	<b>3.615</b>	<b>(19.762)</b>	<b>(19.518)</b>	<b>(3.488)</b>	<b>3.745</b>	<b>(19.261)</b>
<b>Total</b>	<b>(39.103)</b>	<b>(5.889)</b>	<b>7.561</b>	<b>(37.431)</b>	<b>(38.465)</b>	<b>(6.121)</b>	<b>5.483</b>	<b>(39.103)</b>

### Instrumentos Mitigadores

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Gerencialmente, para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas. Para garantias reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas em conjunto pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito. Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado. Adicionalmente, as garantias fidejussórias e a compra de proteção através de derivativos de crédito mitigam o risco de crédito através da substituição dos parâmetros de risco do tomador pelos do garantidor.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito, tais como *CDS* único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Vale ressaltar que as operações de crédito garantidas por imóvel ou hipoteca em 1º grau de imóvel residencial são consideradas na definição dos ponderadores na apuração do RWA.

A tabela abaixo apresenta o valor total mitigado pelos instrumentos mitigadores (garantias reais e fidejussórias), calculado nos padrões definidos pelo parágrafo 3º do artigo 36 da Circular BACEN 3.644, e alterações posteriores.

#### Valor Total Mitigado

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Depósitos a vista, a prazo, de poupança e letras financeiras de emissão própria</b>	<b>338.164</b>	<b>320.415</b>	<b>318.628</b>
FPR 0%	338.164	320.415	318.628
<b>Títulos</b>	<b>41.337</b>	<b>32.077</b>	<b>14.360</b>
FPR 0%	41.337	32.077	14.360
<b>Garantias Fidejussórias</b>	<b>38.742</b>	<b>40.154</b>	<b>35.665</b>
FPR 0%	6.034	7.043	3.647
FPR 50%	32.708	33.112	32.017

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

### Risco de Crédito de Contraparte

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito de contraparte como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral, abrangendo instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

A estrutura do Itaú Unibanco para gestão, monitoramento e controle do risco de crédito de contraparte está inserida na estrutura de risco de crédito, sendo apenas a modelagem do risco inserida na estrutura de risco de mercado.

Como forma de aprimorar a gestão do risco de crédito de contraparte, o Itaú Unibanco possui regras bem definidas para o cálculo da exposição ao risco de crédito da contraparte, sendo os modelos desenvolvidos utilizados tanto para o consumo de limite da contraparte como para a alocação de capital. Para derivativos, faz-se o uso do risco de crédito potencial (RCP), interpretado como o valor da exposição financeira potencial que uma operação pode alcançar em seu vencimento, sendo utilizado na definição do consumo dos limites de crédito atribuídos às contrapartes. Após o vencimento do contrato de derivativo, o Itaú Unibanco tem como prática provisionar os créditos a receber desses instrumentos.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte. Conforme Circular BACEN 3.644, para o cálculo da exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos, considera-se a aplicação do Fator de Exposição Potencial Futura (FEPF). No caso de operações a liquidar, considera-se a aplicação do Fator de Conversão de Crédito de Operações a Liquidar (FCL). A aplicação destes fatores reduz a exposição final das operações sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

#### Nominal dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

R\$ milhões

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Valor Nominal</b>	<b>2.469.967</b>	<b>2.270.216</b>	<b>1.978.818</b>
Liquidados em Sistema de Liquidação (Bolsa) <sup>(2)</sup>	868.166	810.519	768.410
Não Liquidados em Sistema de Liquidação (Balcão)	1.601.801	1.459.697	1.210.408
Com Garantia	586.295	574.121	561.251
Sem Garantia	1.015.506	885.576	649.157

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

<sup>(2)</sup> Valores relativos a contratos liquidados em sistema de liquidação de câmara de compensação e de liquidação nos quais a câmara atue como contraparte central.

As tabelas a seguir apresentam o valor positivo bruto e o valor das garantias dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte.

#### Valor Positivo Bruto dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

R\$ milhões

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Valor Positivo Bruto Total</b>	<b>625.368</b>	<b>623.246</b>	<b>604.210</b>
Compromissadas	591.847	580.354	567.890
Outros	33.521	42.892	36.320

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

#### Garantias dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

R\$ milhões

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Valor Bruto das garantias</b>	<b>596.786</b>	<b>574.121</b>	<b>561.251</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

A tabela a seguir apresenta a exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte, calculada conforme critérios da Circular BACEN 3.644, aplicando-se os fatores FEPF e FCL, conforme mencionado acima.

#### Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

R\$ milhões

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Exposição Global Líquida ao Risco de Crédito de Contraparte</b>	<b>28.662</b>	<b>37.422</b>	<b>35.948</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.



### Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A aquisição de ativos financeiros obedece às mesmas políticas e à mesma governança de crédito estabelecida para as carteiras originadas no Itaú Unibanco, onde as decisões são pautadas pela avaliação objetiva do risco de crédito dos devedores. As aquisições de ativos financeiros podem ter por objetivo o aumento da diversificação da carteira de crédito ou o atendimento a demandas de clientes por liquidez. Já a venda e transferência de ativos financeiros têm como objetivos atender à demanda de investidores por ativos de crédito e ser um instrumento de gestão do risco de crédito da carteira.

As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente, com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não dos riscos e benefícios.

Desde janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução CMN 3.533 e normatizações complementares, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

#### Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Operações cedidas com coobrigação que estejam registradas em contas de compensação</b>	<b>134</b>	<b>144</b>	<b>171</b>
<b>Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios</b>	<b>5.705</b>	<b>5.384</b>	<b>5.497</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securitizadoras	5.686	5.358	5.474
Instituições Financeiras	19	26	23
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-
<b>Saldo das exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

#### Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	4º Trim 2016	3º Trim 2016	2º Trim 2016	1º Trim 2016	4º Trim 2015
<b>Fluxo das exposições cedidas no trimestre com transferência substancial de riscos e benefícios</b>	<b>2.076</b>	<b>2.751</b>	<b>193</b>	<b>-</b>	<b>946</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-	-	-
Securitizadoras	1.289	2.751	193	-	675
Instituições Financeiras	86	-	-	-	15
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-	-	-
Outros <sup>(1)</sup>	701	-	-	-	256

<sup>(1)</sup> Cessão de créditos universitários realizada com o Setor Público.

#### Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	4º Trim 2016	3º Trim 2016	2º Trim 2016	1º Trim 2016	4º Trim 2015
<b>Total das exposições cedidas nos últimos 12 meses que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo</b>	<b>99</b>	<b>135</b>	<b>117</b>	<b>113</b>	<b>117</b>

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Aquisição de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Saldo das exposições adquiridas COM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente</b>			
<b>a) Por tipo de exposição</b>	<b>1.823</b>	<b>2.310</b>	<b>3.692</b>
Pessoa Física - Consignado	-	-	-
Pessoa Física - Veículos e Arrendamento Mercantil	1.441	1.745	2.592
Pessoa Jurídica - Empréstimos (CCB)	378	560	1.086
Pessoa Jurídica - Outros	4	5	14
<b>b) Por tipo de cedente</b>	<b>1.823</b>	<b>2.310</b>	<b>3.692</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securitizadoras	-	-	-
Instituições Financeiras	1.823	2.310	3.692
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

### Aquisição de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Saldo das exposições adquiridas SEM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente</b>			
<b>a) Por tipo de exposição</b>	<b>3.981</b>	<b>4.544</b>	<b>6.542</b>
Pessoa Física - Consignado	3.981	4.544	6.542
<b>b) Por tipo de cedente</b>	<b>3.981</b>	<b>4.544</b>	<b>6.542</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securitizadoras	-	-	-
Instituições Financeiras	3.981	4.544	6.542
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

## Operações de Securitização

O Itaú Unibanco possui em sua carteira títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização. A carteira é composta por Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e debêntures com característica de securitização (emissões com fluxo de recebimento dependente de desempenho dos recebíveis utilizados como lastro).

Os CRIs são lastreados em recebíveis imobiliários e predominantemente não possuem subordinação. As cotas de FIDC são, em sua maior parcela, seniores, lastreadas por empréstimos e títulos descontados. Os CRAs são lastreados em recebíveis vinculados ao agronegócio. Já as debêntures são lastreadas por carteiras de crédito e não possuem subordinação.

A exposição à securitização de FIDC, na visão consolidada, considera apenas as cotas dos fundos não consolidados no Conglomerado Prudencial. De acordo com a Circular BACEN 3.701, as cotas de FIDC dos quais há controle ou retenção de riscos e benefícios por parte da instituição devem ser consolidados no Conglomerado Prudencial.

O Itaú Unibanco trata títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização conforme a governança de produtos estabelecida, sendo o crédito aprovado nas alçadas competentes. Na tabela seguinte, são apresentados os saldos destas operações.

Exposições de Securitização <sup>(1)</sup>	R\$ milhões		
	31/12/2016 <sup>(2)</sup>	30/09/2016 <sup>(2)</sup>	31/12/2015
<b>CRI</b>	<b>16.582</b>	<b>17.303</b>	<b>17.694</b>
Lastro: Financiamento Imobiliário	16.582	17.303	17.694
tranche única	14.490	15.203	15.660
subordinada	2.092	2.100	2.034
<b>CRA</b>	<b>258</b>	<b>18</b>	<b>25</b>
Lastro: Financiamento ao Agronegócio	258	18	25
tranche única	258	18	25
<b>Debênture<sup>(3)</sup></b>	<b>242</b>	<b>282</b>	<b>-</b>
Lastro: Carteira de Crédito	242	282	-
tranche única	242	282	-
<b>Total</b>	<b>17.082</b>	<b>17.603</b>	<b>17.719</b>

<sup>(1)</sup> Securitização Tradicional.

<sup>(2)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

<sup>(3)</sup> Debêntures com características de securitização, pois têm seu fluxo de recebimento atrelado ao desempenho do título utilizado como lastro.

A retenção de riscos do Itaú Unibanco segue as diretrizes da Resolução CMN 3.533.

A seguir, tem-se o resumo das atividades de securitização no período:

Atividade de Securitização do Período <sup>(1)</sup>	R\$ milhões				
	4º Trim 2016	3º Trim 2016	2º Trim 2016	1º Trim 2016	4º Trim 2015
<b>CRI</b>	<b>745</b>	<b>216</b>	<b>555</b>	<b>-</b>	<b>266</b>
Lastro: Financiamento Imobiliário	745	216	555	-	266
<b>FIDC</b>	<b>27</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Lastro: Direitos Creditórios	27	100	-	-	-
<b>CRA</b>	<b>2.175</b>	<b>767</b>	<b>2.025</b>	<b>-</b>	<b>675</b>
Lastro: Financiamento ao Agronegócio	2.175	767	2.025	-	675
<b>Debênture<sup>(2)</sup></b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Lastro: Carteira de Crédito	13	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.960</b>	<b>1.083</b>	<b>2.580</b>	<b>-</b>	<b>941</b>

<sup>(1)</sup> Securitização Tradicional.

<sup>(2)</sup> Debêntures com características de securitização, pois têm seu fluxo de recebimento atrelado ao desempenho do título utilizado como lastro.

Ressalta-se que a parcela do  $RWA_{CPAD}$  atribuível às exposições de securitização não é superior a 5% do valor da respectiva parcela em 31 de dezembro de 2016.

O Itaú Unibanco apura seus ganhos e perdas no processo de securitização considerando sua atuação enquanto originador, que é o participante que realiza a cessão de carteira para fins de securitização, bem como investidor, ou seja, o negociador de títulos securitizados.

Quando originador, o ganho ou perda é apurado através da diferença entre o valor recebido pelos ativos cedidos às securitizadoras e o valor contábil da carteira. Quando investidor, a apuração é feita através da diferença entre o valor de venda e o valor contábil do título securitizado.

Os ganhos e perdas no processo de securitização serão divulgados quando materiais.

## Derivativos de Crédito

O Itaú Unibanco compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando a atender às necessidades de seus clientes. Quando o Itaú Unibanco vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o Itaú Unibanco é vendedor de proteção são *credit default swap (CDS)* e *total return swap (TRS)*.

CDS é um derivativo de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos, quando um evento de crédito ocorre, conforme os termos do contrato de CDS.

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato de TRS, as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (nocial). O Itaú Unibanco acredita que, com base em sua experiência histórica, o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda esperada. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nocial pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o quarto trimestre de 2016, o Itaú Unibanco não incorreu em evento de perda relativo em contratos de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o Itaú Unibanco atua como vendedor da proteção.

### Nocial dos Derivativos de Crédito Mantidos na Carteira

R\$ milhões

	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	30/09/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2015
<b>Risco Transferido</b>	<b>4.006</b>	<b>3.702</b>	<b>3.863</b>
<i>Credit Default Swap (CDS)</i>	4.006	3.702	3.863
<i>Total Return Swap (TRS)</i>	-	-	-
<b>Risco Recebido</b>	<b>(8.094)</b>	<b>(7.624)</b>	<b>(8.799)</b>
<i>Credit Default Swap (CDS)</i>	(8.094)	(7.624)	(8.799)
<i>Total Return Swap (TRS)</i>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(4.088)</b>	<b>(3.922)</b>	<b>(4.936)</b>
<b>Capital requerido do Risco Recebido</b>	<b>278</b>	<b>295</b>	<b>467</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

## 6 Risco de Mercado

### 6.1 Estrutura e Tratamento

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o Itaú Unibanco monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do Itaú Unibanco no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento “Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, pode ser visualizado no site <https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores>, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

A estratégia de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do Itaú Unibanco;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente, sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsáveis e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Itaú Unibanco.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do Itaú Unibanco. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do Itaú Unibanco tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e

- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança. Para isto, o Itaú Unibanco conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe na Nota Explicativa “7g V - Hedge Contábil”, das Demonstrações Contábeis Completas, disponível no site [www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores).

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de negociação e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo Itaú Unibanco são:

- Taxa de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações de taxas de juros, cupons de moedas estrangeiras e cupons de índices de preços;
- Moedas: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações;
- *Commodities*: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo Itaú Unibanco para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (“*MtM – Mark to Market*”); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01- Delta Variation): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

## 6.2 Análise da Carteira de Mercado

### Risco de taxa de juros na carteira de não negociação

O risco de taxa de juros é a perda potencial associada a variações das mesmas no mercado sobre os descasamentos de indexadores, prazos e entre aplicações e captações. O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira de não negociação ocorre dentro da governança e hierarquia dos órgãos colegiados e limites aprovados para o gerenciamento do risco de mercado. Adota-se a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, calculando a sensibilidade às variações das taxas de juros, o valor em risco (*VaR*) e efetuam-se testes de estresse em toda a carteira, conforme estabelecido nos normativos institucionais do Itaú Unibanco.

No tratamento de carteiras de empréstimos que apresentam liquidações antecipadas relevantes, o Itaú Unibanco ajusta os vencimentos originais das operações com revisões mensais de seus parâmetros, estimados a partir de suas bases históricas observadas, que aceleram o decaimento dos fluxos de pagamento originalmente contratados para melhor refletir o comportamento esperado de clientes.

Os saldos de produtos que não possuem vencimento definido, como depósitos a vista e cadernetas de poupança, são tratados estatisticamente considerando comportamentos históricos e sazonais. A porção *core* é distribuída no tempo gerando exposição à variações de taxas de juros, de acordo com metodologias aprovadas internamente.

A tabela abaixo mostra a sensibilidade do valor das posições da carteira de não negociação a mudanças nas curvas de juros, seguindo metodologia e cenários de estresse adotados na gestão do risco desta carteira no Itaú Unibanco para o quarto trimestre de 2016.

#### Sensibilidade das Carteiras de Não Negociação <sup>(1)</sup>

R\$ milhões

Fatores de Risco	Exposições	31/12/2016		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
	<b>Risco de Variação em:</b>			
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(6)	(1.811)	(3.526)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(3)	(336)	(631)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(4)	(359)	(664)
TR	Taxa do cupom de TR	0	(96)	(205)

<sup>(1)</sup> Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros;
- Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;
- Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.



## Evolução da Carteira de Negociação

A evolução da Carteira de Negociação, detalhada pelos principais fatores de risco, é apresentada a seguir:

### Valor Total da Carteira de Negociação

Fatores de Risco	31/12/2016 <sup>(1)</sup>		30/09/2016 <sup>(1)</sup>		31/12/2015	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	142.486	(183.485)	147.545	(169.485)	121.109	(129.064)
Taxas de Câmbio	174.121	(164.892)	225.776	(223.863)	101.968	(91.090)
Ações	1.410	(1.641)	1.278	(1.398)	1.376	(1.367)
Commodities	0	(2)	14	(1)	20	(8)

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

## Evolução da Carteira de Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função gerir os riscos das posições das Carteiras de Não Negociação e de Negociação nos respectivos fatores de risco. A evolução da carteira de derivativos do Itaú Unibanco, apresentada a seguir, está detalhada por grupos de fatores de risco, existência ou não de contraparte central (bolsa ou balcão) e negociação no Brasil ou exterior:

### Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Com Contraparte Central

Fatores de Risco	31/12/2016 <sup>(1)</sup>		30/09/2016 <sup>(1)</sup>		31/12/2015	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	363.078	(440.717)	381.454	(428.477)	329.309	(432.361)
Taxas de Câmbio	63.929	(85.481)	87.965	(104.834)	144.922	(132.980)
Ações	2.956	(2.558)	5.125	(4.194)	1.656	(1.771)
Commodities	296	(357)	538	(541)	648	(326)

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

### Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Sem Contraparte Central

Fatores de Risco	31/12/2016 <sup>(1)</sup>		30/09/2016 <sup>(1)</sup>		31/12/2015	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	251.575	(251.607)	295.314	(296.994)	309.375	(309.656)
Taxas de Câmbio	183.882	(204.578)	169.776	(198.266)	262.301	(295.018)
Ações	25.623	(25.624)	26.008	(26.013)	20.187	(20.446)
Commodities	272	(217)	205	(189)	157	(472)

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

### Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Com Contraparte Central

Fatores de Risco	31/12/2016 <sup>(1)</sup>		30/09/2016 <sup>(1)</sup>		31/12/2015	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	-	(1.439)	1	(948)	0	(723)
Taxas de Câmbio	237.286	(234.653)	279.946	(278.037)	156.102	(155.786)
Ações	239	(394)	262	(341)	451	(207)
Commodities	-	-	-	-	17	(17)

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

### Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Sem Contraparte Central

Fatores de Risco	31/12/2016 <sup>(1)</sup>		30/09/2016 <sup>(1)</sup>		31/12/2015	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	216.068	(231.370)	205.978	(214.149)	110.037	(113.171)
Taxas de Câmbio	770.821	(759.289)	668.093	(661.896)	531.271	(527.912)
Ações	587	(587)	662	(662)	1.284	(1.284)
Commodities	-	-	-	-	-	-

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

### VaR - Consolidado Itaú Unibanco

O VaR Consolidado do Itaú Unibanco é calculado através da metodologia por Simulação Histórica, que reprecifica integralmente todas as suas posições com base na série histórica dos preços dos ativos.

A partir do terceiro trimestre de 2016, o Itaú Unibanco passou a calcular o VaR da carteira regulatória (exposições da carteira de negociação e exposições em moeda estrangeira e *commodities* da carteira de não negociação) com base em modelos internos, aprovados pelo BACEN. Assim, a abertura dos fatores de riscos (demonstrada nas tabelas VaR – Consolidado e VaR e Var Estressado Modelo Interno – Carteira Regulatória) foi padronizada para o atendimento da Circular BACEN 3.646.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do Itaú Unibanco Holding.

#### VaR - Itaú Unibanco Holding <sup>(1)</sup>

R\$ milhões

<b>VaR por Grupo de Fatores de Risco</b>	<b>31/12/2016</b> <sup>(2) (3)</sup>	<b>30/09/2016</b> <sup>(2) (3)</sup>	<b>31/12/2015</b> <sup>(4)</sup>
Taxas de Juros	607,4	587,2	347,1
Moedas	17,0	18,1	12,3
Ações	44,3	47,5	46,9
Commodities	0,8	1,0	2,1
<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(339,7)</b>	<b>(357,5)</b>	<b>(204,4)</b>
<b>VaR Total</b>	<b>329,8</b>	<b>296,3</b>	<b>204,0</b>
<b>VaR Total Máximo no Trimestre</b>	<b>341,5</b>	<b>321,8</b>	<b>327,6</b>
<b>VaR Total Médio no Trimestre</b>	<b>308,4</b>	<b>256,8</b>	<b>213,6</b>
<b>VaR Total Mínimo no Trimestre</b>	<b>238,2</b>	<b>199,6</b>	<b>170,8</b>

<sup>(1)</sup> Valores reportados consideram 1 dia como horizonte de tempo e 99% de nível de confiança.

<sup>(2)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

<sup>(3)</sup> O VaR por Grupo de fatores de Risco considera as informações das unidades externas.

<sup>(4)</sup> O VaR por Grupo de fatores de Risco não considera as informações das unidades externas.

O Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período. O VaR Total Médio no trimestre manteve-se inferior a 1% do patrimônio líquido do Itaú Unibanco.

O aumento do VaR Total verificado em relação ao trimestre anterior foi devido principalmente ao aumento dos níveis de volatilidade e de exposição em taxas de juros.

### VaR e VaR Estressado Modelo Interno – Carteira Regulatória

O Itaú Unibanco adota, para o cálculo do VaR de sua carteira regulatória (exposições da carteira de negociação e exposições em moeda estrangeira e *commodities* da carteira de não negociação), a metodologia por simulação histórica, utilizando-a tanto para o cálculo do VaR histórico como para o cálculo do VaR estressado. A metodologia de VaR histórico tem como premissa que a distribuição esperada para os ganhos e perdas (*P&L's - Profit and loss statement*) possíveis para uma carteira ao longo de um horizonte temporal desejado pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que essa carteira está exposta. Para o cálculo do VaR de instrumentos não-lineares, é realizada a reprecificação completa (*full valuation*), sem potenciais simplificações no cálculo.

O VaR é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (*holding period*) que varia de acordo com a liquidez de mercado da carteira, considerando um horizonte mínimo de 10 dias úteis. Ainda, em uma abordagem conservadora, o VaR é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o VaR final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

O VaR estressado deriva do cálculo de VaR, com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de 10 dias, simulando um determinado período de estresse na carteira atual da instituição. O Itaú Unibanco estima o VaR estressado utilizando um período histórico de estresse de 1 ano (252 dias úteis). Este período é escolhido com base nos dados históricos de mercado desde janeiro de 2004, em conformidade com a Circular BACEN 3.646, com o objetivo de permitir a estimação do VaR em um período histórico de estresse relevante de mercado.

A seguir, apresenta-se o VaR e o VaR Estressado da Carteira Regulatória, calculado por simulação histórica:

#### VaR - Itaú Unibanco - Carteira Regulatória<sup>(1)</sup>

RS milhões

VaR por Grupo de Fatores de Risco	31/12/2016 <sup>(2)</sup>		30/09/2016 <sup>(2)</sup>		31/12/2015
	VaR <sup>(3)</sup>	VaR Estressado	VaR <sup>(3)</sup>	VaR Estressado	VaR <sup>(3)</sup>
Taxas de Juros	49,1	241,0	47,7	238,3	22,4
Moedas	11,0	50,1	10,7	29,4	9,2
Ações	4,0	13,9	12,7	17,4	5,0
Commodities	0,8	3,4	0,8	13,6	1,5
<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(18,3)</b>	<b>(196,3)</b>	<b>(26,7)</b>	<b>(162,7)</b>	<b>(17,3)</b>
<b>VaR Total</b>	<b>46,6</b>	<b>112,1</b>	<b>45,2</b>	<b>136,0</b>	<b>20,8</b>
<b>VaR Total Máximo no Trimestre</b>	<b>69,4</b>	<b>173,9</b>	<b>65,3</b>	<b>266,1</b>	<b>42,3</b>
<b>VaR Total Médio no Trimestre</b>	<b>40,6</b>	<b>122,2</b>	<b>46,5</b>	<b>158,0</b>	<b>23,7</b>
<b>VaR Total Mínimo no Trimestre</b>	<b>16,3</b>	<b>84,8</b>	<b>26,3</b>	<b>102,8</b>	<b>10,6</b>

<sup>(1)</sup> VaR calculado por simulação histórica. Valores reportados consideram 99% de nível de confiança. Não contempla Unidades Externas.

<sup>(2)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

<sup>(3)</sup> Horizonte de tempo de 1 dia

### Teste de Estresse

Além do uso de uma medida probabilística de risco como o VaR, o Itaú Unibanco também realiza análises de risco em cenários extremos através de um arcabouço diversificado de testes de estresse, a fim de capturar as potenciais perdas significativas em situações extremas de mercado, sejam eles baseados em crises históricas ou em choques pré-determinados nos fatores de risco.

A geração de cenários de estresse utilizando diferentes metodologias visa à maior cobertura possível de situações que possam expor a carteira da instituição a perdas substanciais. Um fator que tem grande influência sobre o resultado dos testes é a correlação entre os ativos e respectivos fatores de risco e este efeito é simulado de variadas maneiras nos diversos cenários testados.

Os resultados dos testes de estresse são visualizados na forma granular de fatores de risco e de forma consolidada, a fim de tornar claro para a instituição onde estão seus maiores riscos e auxiliar na tomada de decisão da gestão.

Com a análise e reporte rotineiro dos resultados destes testes de estresse para a Tesouraria e Alta Administração, o risco de mercado é controlado considerando também as potenciais situações de mercado extremas e os respectivos impactos para a carteira da instituição.

### Teste de Aderência

A eficácia do modelo de *VaR* é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos hipotéticos e efetivos diários com o *VaR* diário estimado. O número de exceções dos limites estabelecidos de *VaR* deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99%, considerando uma janela de 250 dias úteis (findos em 31 de dezembro de 2016). Também são considerados os intervalos de confiança de 97,5% e 95% e as janelas de 500 e 750 dias úteis. As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo comitê de Basileia de supervisão bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): corresponde aos resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): refere-se a uma faixa intermediária, que sinaliza a necessidade de atenção e/ou monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): demonstra a necessidade de uma ação de melhoria.

De acordo com a Circular BACEN 3.646, o teste hipotético corresponde à aplicação das variações de preços de mercado de um dia à carteira do final do dia útil anterior. O teste efetivo corresponde à variação do valor da carteira até o final do dia, incluídas as operações intradia e desconsiderados os valores não relacionados às variações de preços de mercado, tais como tarifas, corretagens e comissões.

O teste de aderência com intervalo de confiança de 99% e 250 dias úteis não apresentou falhas em relação aos resultados efetivos e hipotéticos no período.

### Apreçamento de Instrumentos Financeiros

O apreçamento das carteiras do Itaú Unibanco utiliza, preferencialmente, cotações observadas nos mercados financeiros, capturadas através de fontes externas fidedignas, ou, para o caso de fatores não disponíveis em fontes especializadas, estimativas provenientes de modelos de apreçamento que representem a justa valorização das posições. Ressalta-se que os modelos utilizados para apreçamento são verificados de modo a garantir sua consistência através da revisão regular dos referenciais de mercado e dos dados utilizados.

Dentre os parâmetros de apreçamento utilizados pelo Itaú Unibanco estão: taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos, ações, commodities, contratos derivativos, índices e volatilidades.

Os preços são calculados por área independente (*pricing*) e, adicionalmente, passam por um processo de validação diária, independente, das informações de preços, curvas e superfícies de volatilidade (IPV – *Independent price validation*), a fim de garantir a consistência e acurácia da informação, quando comparada com fontes de mercado.

### 7 Risco Operacional

#### 7.1 Estrutura e Tratamento

Para o Itaú Unibanco, o risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Itaú Unibanco classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Itaú Unibanco;
- Interrupção das atividades do Itaú Unibanco;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades no Itaú Unibanco.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 3.380 e da Circular BACEN 3.647, o Itaú Unibanco possui estrutura e normativo institucional para gerenciamento de risco operacional aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e aplicáveis às empresas e às subsidiárias no Brasil e exterior.

O Itaú Unibanco possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que por sua vez respondem ao Conselho de Administração, e por papéis e responsabilidades bem definidos de forma a reafirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

O gerenciamento de risco operacional tem como objetivo suportar a instituição na tomada de decisão, buscando sempre a correta identificação e avaliação dos riscos, a criação de valor para os acionistas, assim como a proteção dos ativos e da imagem do Itaú Unibanco. Para isso, os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Entre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se a autoavaliação e o mapa de riscos priorizados da instituição, a aprovação de processos, produtos e projetos de desenvolvimento sistêmico, o monitoramento de indicadores chave de risco e a base de dados de perdas operacionais, garantindo uma base conceitual única para o gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos e serviços.

Na gestão de risco operacional, inclui-se o risco de conduta, que é objeto de ações mitigatórias que contemplam a avaliação do desenho do produto (*suitability*) e dos modelos de incentivos. Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos são apresentados, periodicamente, os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Ressalta-se a disseminação da cultura de riscos e controles para os colaboradores, através de treinamentos, importante pilar que visa a subsidiar o melhor entendimento do assunto e o relevante papel a desempenhar em sua mitigação.

O documento “Relatório de Acesso Público - Risco Operacional”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site [www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

### 7.2 Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade de Negócios do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio, salvaguardar as receitas e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos.

É composto pelos procedimentos para realocação e/ou recuperação de operações em resposta a uma variedade de níveis de interrupção, e pode ser dividido em dois elementos chave:

- **Gestão de Crises:** processo de comunicação centralizada e procedimentos de resposta para gerenciar eventos de interrupção de negócios e também quaisquer outros tipos de ameaças à imagem e reputação de sua identidade perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores. A estrutura conta com um comando central que monitora constantemente as operações diárias, bem como canais de mídia em que o Itaú Unibanco seja citado. O êxito da Gestão de Crises se dá por meio de agentes focais, que são representantes nomeados junto às áreas de negócios e que atuam no monitoramento de potenciais problemas, na resolução de crises, na retomada dos negócios, na melhoria dos processos e na busca por ações de prevenção;
- **Planos de Continuidade de Negócios (PCN):** documentos com procedimentos e informações desenvolvidos, consolidados e mantidos à disposição para utilização em eventuais incidentes, possibilitando a retomada das atividades críticas em prazos e condições aceitáveis. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, o Itaú Unibanco tem definido em seu PCN ações corporativas e customizadas para suas linhas de negócio, por meio de:
  - Plano de *Disaster Recovery*: foco na recuperação de seu *data center* primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;
  - Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente. Existem aproximadamente 2.000 posições de contingência totalmente equipadas para atender as necessidades das áreas de negócio em situações de emergência.
  - Plano de Emergência: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre as instalações do Itaú Unibanco, com foco preventivo;
  - Plano de Contingência de Processos: alternativas (Planos B) para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- **Análise de Impacto nos Negócios (BIA):** avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos, que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;
- **Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA):** identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados. A eficácia dos controles existentes é avaliada em relação às ameaças para fins de identificação de vulnerabilidades, fortalecimento das soluções e estabelecimento de novos controles.

### 7.3 Validação Independente de Modelos de Riscos

A gestão integrada de risco operacional, controles internos e *compliance* segue política interna aprovada pelo Conselho de Administração e está estruturada em 3 linhas de defesa, descritas no item “1.1 Estrutura Organizacional”.

Seguindo as melhores práticas de mercado, o Itaú Unibanco realiza validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada por diretoria apartada das áreas de negócio e controle de risco, garantindo a independência das avaliações.

A metodologia de validação, definida em política interna específica, é aderente aos requisitos regulatórios, como por exemplo, os estabelecidos nas Circulares BACEN 3.646 e 3.674. As etapas de validação incluem, entre outras:

- Verificação do desenvolvimento matemático e teórico dos modelos;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a declaração de variáveis, construção de calculadora independente e a adequação das referências técnicas utilizadas;
- Quando aplicável, comparação com modelos alternativos e *benchmarks* internacionais;
- *Backtesting* histórico do modelo;
- A correta implantação dos modelos nos sistemas utilizados.

Adicionalmente, a área de validação avalia o programa de teste de estresse.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos e modelos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetidas a comitês específicos, compostos por membros da alta administração. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente estão devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e alta administração até sua conclusão.

### 8 Risco de Liquidez

#### 8.1 Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde o Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações, bem como reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

O documento “Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site [www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores), seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

O Itaú Unibanco efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e também por metodologia regulatória.

Adicionalmente, e em observância às exigências da Resolução CMN 4.090 e da Circular BACEN 3.749, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e, periodicamente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.



## 8.2 Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

O indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR – do inglês “*Liquidity Coverage Ratio*”), cujo cálculo segue a metodologia estabelecida pelo BACEN, que está alinhada às diretrizes internacionais de Basileia, é definido pela seguinte razão:

$$LCR = \frac{HQLA}{Saídas_e - M\acute{m} (Entradas_e; 75\% \times Saídas_e)}$$

- HQLA – Ativos de Alta Liquidez (do inglês “*High quality liquid assets*”) = corresponde ao saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados mesmo durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são classificados como de baixo risco;
- Saídas<sub>e</sub> = total das potenciais saídas de caixa previstas para um horizonte de 30 dias, calculadas em cenário de estresse padronizado, determinado pela Circular BACEN 3.749;
- Entradas<sub>e</sub> = total das potenciais entradas de caixa previstas para um horizonte de 30 dias, calculadas em cenário de estresse padronizado, determinado pela Circular BACEN 3.749.

Conforme instruções da Carta Circular BACEN 3.775, bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões passaram, desde outubro 2015, a enviar mensalmente ao BACEN o LCR, sendo este reportado de forma consolidada para instituições integrantes do Conglomerado Prudencial. Esse indicador prevê exigência mínima regulatória progressiva. A seguir, apresenta-se o cronograma de implantação do LCR, que prevê exigência mínima de 60% a partir de outubro de 2015, aumentando gradualmente até atingir 100%, a partir de janeiro de 2019.

### Cronograma de limites a serem observados

	A partir de 1º de janeiro				
	2015	2016	2017	2018	2019
Indicador mínimo de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	60% <sup>(1)</sup>	70%	80%	90%	100%

<sup>(1)</sup> A partir de 1º de outubro de 2015.

A tabela a seguir demonstra a média do trimestre de referência do LCR e dos valores não ponderados e ponderados, conforme definição da métrica:

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

R\$ mil

	4º Trimestre 2016		3º Trimestre 2016	
	Valor Médio <sup>(1)</sup>	Valor Ponderado Médio <sup>(2)</sup>	Valor Médio <sup>(1)</sup>	Valor Ponderado Médio <sup>(2)</sup>
<b>Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>				
<b>1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>		<b>180.956.506</b>		<b>184.827.222</b>
<b>Saídas de Caixa<sup>(3)</sup></b>				
<b>2 Captações de varejo, das quais:</b>	<b>265.421.802</b>	<b>22.665.269</b>	<b>263.796.160</b>	<b>23.157.677</b>
3 Captações estáveis	125.490.950	3.799.357	116.503.998	3.525.292
4 Captações menos estáveis	139.930.853	18.865.912	147.292.162	19.632.384
<b>5 Captações de atacado não colateralizadas, das quais:</b>	<b>141.894.369</b>	<b>64.730.772</b>	<b>140.865.090</b>	<b>64.002.396</b>
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	1.067.919	32.038	1.061.189	97.362
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	139.534.291	63.406.576	138.171.682	62.272.816
8 Demais captações de atacado não colateralizadas	1.292.158	1.292.158	1.632.218	1.632.218
9 Captações de atacado colateralizadas		1.803.539		214.886
<b>10 Requerimentos adicionais, dos quais:</b>	<b>179.420.901</b>	<b>18.417.138</b>	<b>181.933.408</b>	<b>20.322.944</b>
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	14.513.562	6.840.135	16.423.829	9.040.341
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	132.970	132.970	135.616	135.616
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	164.774.369	11.444.033	165.373.962	11.146.987
14 Outras obrigações contratuais	50.805.939	50.805.939	48.673.950	48.673.950
15 Outras obrigações contingentes	83.974.512	8.162.540	86.729.575	8.962.373
<b>16 Total de saídas de caixa</b>		<b>166.585.197</b>		<b>165.334.226</b>
<b>Entradas de Caixa<sup>(3)</sup></b>				
17 Empréstimos colateralizados	206.676.770	208.434	233.373.217	146.479
18 Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes	32.477.158	17.882.192	28.123.165	15.663.094
19 Outras entradas de caixa	72.191.199	63.476.422	71.421.713	63.006.356
<b>20 Total de entradas de caixa</b>	<b>311.345.127</b>	<b>81.567.049</b>	<b>332.918.095</b>	<b>78.815.929</b>
		<b>Valor Total Ajustado<sup>(4)</sup></b>		<b>Valor Total Ajustado<sup>(4)</sup></b>
<b>21 Total HQLA</b>		<b>180.956.506</b>		<b>184.827.222</b>
<b>22 Total de saídas líquidas de caixa</b>		<b>85.018.148</b>		<b>86.518.297</b>
<b>23 LCR (%)</b>		<b>212,8%</b>		<b>213,6%</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

<sup>(2)</sup> Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

<sup>(3)</sup> Corresponde as saídas (Saídas<sub>e</sub>) e entradas (Entradas<sub>e</sub>) potenciais de caixa.

<sup>(4)</sup> Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

A tabela demonstra que o Itaú Unibanco possui uma média de LCR no trimestre de 212,8%, levando a conclusão de que a instituição possui confortavelmente ativos líquidos suficientes para suportar mais de 30 dias em um período de estresse de liquidez, idiossincrático ou sistêmico, previsto pela métrica.

### 8.3 Fontes Primárias de Funding

O Itaú Unibanco dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo.

#### Fontes Primárias de Funding

R\$ milhões

Recursos	31/12/2016 <sup>(1)</sup>			30/09/2016 <sup>(1)</sup>			31/12/2015		
	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%
Depósitos	202.716	331.558	54%	207.384	311.260	51%	195.103	298.320	50%
Recursos à Vista	62.711	62.711	10%	62.245	62.245	10%	65.843	65.843	11%
Recursos de Poupança	108.275	108.275	18%	104.864	104.864	17%	111.319	111.319	19%
Recursos a Prazo	30.554	156.815	25%	38.915	140.211	23%	13.465	106.189	18%
Outros Recursos	1.176	3.757	1%	1.360	3.940	1%	4.476	14.969	3%
Recursos de Aceite de Emissão de Títulos <sup>(2)</sup>	3.091	93.717	15%	2.071	90.969	15%	4.128	75.596	13%
Recursos de Emissão Própria <sup>(3)</sup>	2.561	134.628	22%	2.286	146.967	24%	2.863	154.682	26%
Dívida Subordinada	628	57.420	9%	410	58.732	10%	4.722	65.785	11%
<b>Total</b>	<b>208.996</b>	<b>617.323</b>	<b>100%</b>	<b>212.151</b>	<b>607.928</b>	<b>100%</b>	<b>206.816</b>	<b>594.383</b>	<b>100%</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

<sup>(2)</sup> Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

<sup>(3)</sup> Referem-se a captações no mercado aberto com títulos de emissão própria.

### 9 Outros Riscos

#### Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, o Itaú Unibanco entende que os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da instituição, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização;
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas pelo Itaú Unibanco.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança, em que as decisões podem chegar a órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

O Itaú Unibanco tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Anualmente, partindo de premissas atuariais, é elaborado o mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. A partir desse mapeamento, modelos de *Asset Liability Management* são utilizados para definir a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

#### Risco Socioambiental

O Itaú Unibanco entende o risco socioambiental como o risco de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pela instituição no desenvolvimento de suas atividades.

As ações de mitigação do risco socioambiental são efetuadas através de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e no registro das ocorrências em bases internas. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento do risco socioambiental no Itaú Unibanco.

A gestão do risco socioambiental é efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com o apoio técnico da área jurídica e da área de controle de risco, que dispõem de equipes dedicadas à gestão do risco socioambiental. As unidades de negócio contam ainda com a governança de aprovação de novos produtos, que contempla em sua avaliação o risco socioambiental, garantindo a observância deste requisito em todos os novos

produtos aprovados pela instituição. A governança conta ainda com o Comitê de Risco Socioambiental, que tem como principal competência deliberar sobre entendimentos institucionais relacionados à exposição ao risco socioambiental para as atividades e as operações da instituição.

O Itaú Unibanco está constantemente progredindo na governança do risco socioambiental, sempre atento aos desafios para acompanhar as mudanças e as demandas da sociedade. Assim, dentre outras ações, a instituição assumiu e incorporou aos seus processos internos uma série de compromissos e pactos voluntários, nacionais e internacionais, voltados à integração de aspectos sociais, ambientais e de governança nos negócios. Destacam-se os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta pelos Direitos Humanos – Ethos, os Princípios do Equador (EP), o Pacto Global, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Programa Brasileiro *GHG Protocol*, o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, entre outros. Os esforços da instituição para expandir os conhecimentos sobre avaliação dos critérios sociais e ambientais têm sido reconhecidos dentro e fora do país, como mostra a presença recorrente da instituição nos principais índices de sustentabilidade no exterior, como no *Dow Jones Sustainability Index*, e recentemente, no Índice de Sustentabilidade *Euronext Vigeo – Emerging 70*, e no Brasil, como no Índice de Sustentabilidade Empresarial, além dos diversos prêmios que o Itaú Unibanco recebeu.

### Risco Regulatório

O risco regulatório é considerado no Itaú Unibanco como risco de perdas devido a multas, sanções e outras punições aplicadas por reguladores decorrentes do não cumprimento de requerimentos regulatórios. O risco regulatório é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e acompanhar a implantação das ações voltadas para a aderência às exigências normativas.

O Itaú Unibanco possui fluxo estruturado para o tratamento de normas, abrangendo as etapas de captura, distribuição, acompanhamento e cumprimento, sendo que todos os processos estão definidos em normativos internos. A estrutura e fluxo para tratamento do risco regulatório envolvem diversas áreas da instituição e são compostos por: (i) estrutura de linhas de defesa; (ii) acompanhamento de projetos de lei, editais e consultas públicas; (iii) captura de novas normas e definição de planos de ação; (iv) relacionamento com reguladores e entidades de representação; (v) acompanhamento de planos de ação; e (vi) controle de cumprimento de decisões judiciais e de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) celebrados em ações civis públicas. Além disso, a classificação e priorização dos riscos da instituição seguem a metodologia de controles internos do Itaú Unibanco.

### Risco de Modelo

A gestão de riscos do Itaú Unibanco possui modelos proprietários para gestão de riscos que são monitorados continuamente e revisados, quando necessário, visando a garantir a eficácia nas decisões estratégicas e de negócio.

O risco de modelo é definido como o risco decorrente de modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do observado. Esse risco pode se materializar, principalmente, devido ao uso em realidades distintas da modelada ou às inadequações metodológicas durante o seu desenvolvimento. As melhores práticas de mercado são utilizadas para gerenciar o risco de modelo ao qual a instituição está exposta durante todo o ciclo de vida de um modelo, cujas etapas podem ser categorizadas em quatro principais: desenvolvimento, implantação, validação e uso. As melhores práticas que balizam o controle do risco de modelo na instituição incluem: (i) certificação da qualidade das bases de dados utilizadas; (ii) aplicação de uma lista de verificação de pontos essenciais a serem cumpridos durante o desenvolvimento; (iii) conservadorismo em modelos julgamentais; (iv) uso de *benchmarks* externos; (v) homologação dos resultados gerados na implantação; (vi) validação técnica independente; (vii) validação de uso; (viii) avaliações de impacto no uso; (ix) monitoramento de desempenho; e (x) monitoramento da distribuição das variáveis explicativas e do *score* final.

### Risco País

O Itaú Unibanco entende o risco país como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor, ou de eventos político-econômicos e sociais relacionados a esse país.

O Itaú Unibanco atua em diversos países além do Brasil. Adicionalmente às unidades externas, o Itaú Unibanco mantém relacionamento com tomadores, emissores, contrapartes e garantidores de diversas localidades no mundo,

independentemente de possuir uma unidade externa na localidade do tomador, do emissor, da contraparte ou do garantidor.

De modo a tratar o risco país adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição possui um fluxo estruturado e consistente para gestão e controle do risco país, composto por processos que abrangem: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento dos limites.

### **Risco de Negócio e Estratégia**

O Itaú Unibanco entende o risco de negócio e estratégia como o risco decorrente do impacto negativo nos resultados ou no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da inabilidade do Itaú Unibanco implantar os planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

Visto que o risco de negócio e estratégia pode afetar diretamente o desempenho da instituição, o Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do Conselho de Administração, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno. As tomadas de decisões e as definições de diretrizes de negócio e de estratégia contam com pleno envolvimento do Conselho de Administração, principalmente através do Comitê de Estratégia, e dos executivos, através do Comitê Executivo. De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos que envolvem a ACGRF nas decisões de negócio e estratégia, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis no longo prazo, sendo eles: (i) qualificação e incentivos de conselheiros e executivos; (ii) processo orçamentário; (iii) avaliação de produtos; (iv) avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) arcabouço do apetite de risco, restringindo, por exemplo, concentrações de crédito e exposição a riscos relevantes e específicos.

### **Risco Reputacional**

O Itaú Unibanco entende o risco reputacional como o risco decorrente das práticas internas, eventos de risco e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais, entre outros, acarretando em impactos no valor da marca e/ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade do Itaú Unibanco de manter relações comerciais existentes, dar início a novos negócios e/ou continuar tendo acesso a fontes de captação.

A instituição entende que a reputação é de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas. De modo geral, a reputação da instituição está calçada em sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir das experiências, diretas ou indiretas, estabelecidas entre o Itaú Unibanco e as partes interessadas.

Visto que risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que potenciais riscos reputacionais sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos.

Desta forma, o tratamento dado ao risco reputacional pelo Itaú Unibanco é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por políticas, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre eles, destacam-se: (i) arcabouço do apetite de risco; (ii) prevenção e combate ao uso do Itaú Unibanco em atos ilícitos; (iii) gestão de crises e continuidade dos negócios; (iv) relações governamentais e institucionais; (v) comunicação corporativa; (vi) gestão da marca; (vii) ouvidoria e compromisso com a satisfação de clientes; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e as fraudes, em que o grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes de atividades ilegais.

O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atos ilícitos e proteger sua reputação e imagem perante as partes interessadas, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos e a cooperação com as autoridades policial e

judiciária. Também busca alinhar-se continuamente às melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e contínua capacitação de seus colaboradores.

Para estar aderente às diretrizes dessa política corporativa, o Itaú Unibanco estipulou um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento e Conscientização.

Esse programa aplica-se a toda a instituição, incluindo as empresas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração e órgãos colegiados. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no site [www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, política corporativa de prevenção e combate a atos ilícitos.

Além do programa de prevenção, detecção e combate de fraudes e atos ilícitos, o Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes em quaisquer operações. Para tanto, o Itaú Unibanco é orientado pela Política Corporativa de Segurança da Informação, cujo objetivo é garantir a aplicação dos princípios e diretrizes de proteção das informações e da propriedade intelectual da organização, dos clientes e do público em geral.

Para assegurar que as informações tratadas estejam adequadamente protegidas, o Itaú Unibanco conta com uma estrutura de monitoramento e controle dos processos abrangendo tecnologia, áreas de negócio e unidades internacionais. Adicionalmente, um *Security Operation Center* (SOC) atuando 24 horas por dia, sete dias por semana, contribui para a cibersegurança dos canais eletrônicos e do parque tecnológico do Itaú Unibanco, para o monitoramento das operações e consequente minimização do risco de um incidente de segurança.

Campanhas de conscientização para prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro, fraudes, vazamento de informação e demais atos ilícitos são realizados periodicamente através dos diversos canais de comunicação existentes com colaboradores do Itaú Unibanco. Dentre as ações, ocorrem palestras, campanhas, treinamentos presenciais e *e-learning*s sobre os diversos temas. Para o público em geral, além de palestras e campanhas, o Itaú Unibanco disponibiliza um site com orientações sobre segurança no mundo digital e físico.

### 10 Gestão Integrada de Riscos e Alinhamento de Incentivos

Em consonância com o escopo e complexidade de suas operações, o Itaú Unibanco estabeleceu processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de forma efetiva, além de alocar o capital entre os segmentos de forma adequada. Adicionalmente, o Itaú Unibanco estabeleceu processos que permitem que Executivos e Conselho de Administração tenham uma visão global das exposições de risco da instituição, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação de seu capital, além de promoverem o alinhamento de incentivos. A seguir, a descrição de alguns desses processos:

#### Apetite de risco

O apetite de risco do Itaú Unibanco é um conjunto de diretrizes e limites que definem os níveis de risco aceitáveis para o Itaú Unibanco, alinhados à estratégia da instituição. Dividido em quatro dimensões compostas por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, o apetite de risco, combina formas complementares de mensuração dos riscos, buscando uma visão abrangente das exposições incorridas pela instituição.

A dimensão de capitalização reflete o nível de proteção do banco contra perdas significativas. Esta dimensão estabelece as diretrizes de capitalização mínima do Itaú Unibanco em relação aos seus riscos, dentro das quais a gestão utiliza o capital do Itaú Unibanco, obedecendo a níveis aceitáveis de alavancagem e custo de *funding*.

A dimensão de liquidez reflete o nível de proteção contra um período prolongado de estresse de *funding*, que poderia levar à falta de liquidez. Esta dimensão estabelece as diretrizes quanto aos níveis mínimos de liquidez, níveis aceitáveis de descasamento de prazos e estrutura de *funding*.

A dimensão de composição de negócios, por sua vez, busca garantir, por meio de limites de concentração, adequada composição das carteiras, visando à baixa volatilidade e à sustentabilidade dos negócios.

Já a dimensão *franchise* aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação do Itaú Unibanco junto às partes interessadas.

O Conselho de Administração detém a máxima alçada de aprovação sobre as diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio de seu Comitê de Gestão de Riscos e Capital, que submete para sua deliberação relatórios e recomendações sobre o tema. Os níveis aceitáveis de risco devem respeitar os limites de apetite de risco aprovados pelo Conselho de Administração.

Já as funções executivas e operacionais são atribuições do Comitê Executivo e das comissões de riscos, que contam com a participação do *Chief Risk Officer* (CRO) e do presidente da instituição. Além do monitoramento e acompanhamento frequente das métricas, as comissões de riscos também são responsáveis pela implantação do arcabouço de apetite de risco. Adicionalmente, o comitê de Auditoria acompanha a evolução do apetite de risco, auxiliando sua gestão.



### Teste de Estresse

O teste de estresse realizado pelo Itaú Unibanco tem por objetivo avaliar a solvência da instituição em eventos hipotéticos, porém plausíveis, de crise sistêmica, bem como identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco. O Itaú Unibanco possui, desde 2010, um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital da instituição.

Para a realização do teste, a estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. Os cenários são definidos levando em conta sua relevância para o resultado do banco, assim como sua probabilidade de ocorrência, e são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração.

As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) destes cenários são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

As projeções calculadas sensibilizam o resultado e o balanço orçados, e consequentemente afetam os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez.

Essas informações permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, o processo orçamentário e o processo de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumo para métricas de apetite de risco.

### Remuneração Ajustada ao Risco

As diretrizes de Remuneração no Itaú Unibanco têm como objetivos atrair, reter e recompensar de forma meritocrática os seus colaboradores, incentivando níveis prudentes de exposição ao risco nas estratégias de curto, médio e longo prazo, em consonância com os interesses dos acionistas e dos reguladores e com a cultura da instituição. A estrutura de governança de remuneração e os incentivos à tomada prudente de riscos vêm se consolidando em linha com as melhores práticas internacionais de remuneração e governança. O Comitê de Remuneração, em linha com os requisitos da Resolução CMN 3.921 e com reporte ao Conselho de Administração, é responsável por definir as diretrizes dos modelos de remuneração dos colaboradores e a política de remuneração dos administradores das empresas do Itaú Unibanco.

A remuneração no Itaú Unibanco leva em conta a estratégia da instituição, as legislações gerais e específicas para cada negócio ou região de atuação e a gestão adequada dos riscos ao longo do tempo. A remuneração variável considera os riscos correntes e potenciais, incentivando a busca de resultados sustentáveis e desencorajando tomadas de decisão que envolva riscos excessivos. O cálculo do montante global e sua individualização consideram, entre outros, as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, o resultado da instituição e/ou da área, quando aplicável, e a relação entre desempenho e riscos incorridos.

De acordo com a Resolução CMN 3.921, parte da remuneração variável dos diretores estatutários é paga em ações (no mínimo 50%) e um percentual é diferido em três anos (ao menos 40% da remuneração variável). As parcelas diferidas e não pagas podem ser revertidas no caso de desempenho insatisfatório da instituição e desempenho negativo da área de negócio.

Refletindo a preocupação com o desempenho sustentável, o Itaú Unibanco implanta práticas de remuneração variável específicas para colaboradores cujos papéis e responsabilidades têm impacto material sobre o risco da instituição, apesar de não estarem sujeitos aos requisitos da Resolução CMN 3.921. Para este público são aplicados mecanismos de ajustes a bônus decorrentes de eventos de *compliance* e riscos, bem como diferimento.

Para maiores informações sobre remuneração no Itaú Unibanco, consultar a Nota Explicativa “16 - Patrimônio Líquido”, das Demonstrações Contábeis Completas que pode ser visualizada no site [www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores).

## 11 Anexo I

## Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

		31/12/2016		
		Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento	Referência do balanço do conglomerado
<b>Capital Principal: instrumentos e reservas</b>				
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	97.148.000	-	(k)
2	Reservas de lucros	23.645.956	-	(l)
3	Outras receitas e outras reservas	(545.452)	-	(m)
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis do Capital Principal do conglomerado <sup>1</sup>	10.659.131	606.173	(j)
6	<b>Capital Principal antes dos ajustes prudenciais</b>	<b>130.907.635</b>	-	
<b>Capital Principal: ajustes prudenciais</b>				
7	Ajustes prudenciais relativos a apuração de instrumentos financeiros	391.349	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	7.407.508	4.938.339	(e)
9	Ativos intangíveis	4.737.716	2.169.457	(h) / (i)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998 <sup>2</sup>	3.678.347	2.452.232	(b)
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	(1.253.775)	-	
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	123.920	82.613	(d)
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	1.882.353	-	(n)
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18	Valor agregado das participações líquidas inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
19	Valor agregado das participações líquidas superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
20	Direitos por serviços de hipoteca			
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	-	
23	do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	(1.467.728)	-	
26.a	Ativos permanentes diferidos	15.802	-	(g)
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-	
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	-	
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	1.483.530	-	(f)
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-	
26.i	Destaque do PR	-	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	-	
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-	
28	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Principal</b>	<b>15.499.690</b>		
29	<b>Capital Principal</b>	<b>115.407.945</b>		

<sup>1</sup> Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores.

<sup>2</sup> Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas.

<sup>3</sup> Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192.

<sup>4</sup> Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

	31/12/2016	
	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento
		Referência do balanço do conglomerado
<b>Capital Complementar: instrumentos</b>		
30 Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	-
31 dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	-
32 dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	-
33 Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
34 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Complementar do conglomerado <sup>3</sup>	532.392	354.928
35 dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
36 <b>Capital Complementar antes das deduções regulatórias</b>	<b>532.392</b>	
<b>Capital Complementar: deduções regulatórias</b>		
37 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-
38 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar		
39 Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	
40 Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
41 Ajustes regulatórios nacionais	-	-
41.a Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que não exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando	-	-
41.b Participação de não controladores no Capital Complementar	-	-
41.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	-
42 Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	-
43 <b>Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
44 <b>Capital Complementar</b>	<b>532.392</b>	
45 <b>Nível I</b>	<b>115.940.337</b>	
<b>Nível II: instrumentos</b>		
46 Instrumentos elegíveis ao Nível II		
47 Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	23.488.432	15.658.955
48 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis no capital de nível II do conglomerado <sup>3</sup>	48.507	32.338
49 dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	48.507	32.338
50 Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-
51 <b>Nível II antes das deduções regulatórias</b>	<b>23.536.939</b>	
<b>Nível II: deduções regulatórias</b>		
52 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
53 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II		
54 Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	
55 Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
56 Ajustes regulatórios nacionais	-	-
56.a Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o	-	-
56.b Participação de não controladores no Nível II	-	-
56.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	-
57 <b>Total de deduções regulatórias ao Nível II</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
58 <b>Nível II</b>	<b>23.536.939</b>	
59 <b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>139.477.276</b>	
60 <b>Total de ativos ponderados pelo risco</b>	<b>731.240.504</b>	

<sup>1</sup> Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores.

<sup>2</sup> Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas.

<sup>3</sup> Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192.

<sup>4</sup> Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

	31/12/2016		
	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento	Referência do balanço do conglomerado
<b>Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal</b>			
61	Índice de Capital Principal (ICP)	15,8%	
62	Índice de Nível I (IN1)	15,9%	
63	Índice de Basileia (IB)	19,1%	
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	5,125%	
65	do qual: adicional para conservação de capital	0,625%	
66	do qual: adicional contracíclico	0,0%	
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)		
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	0,625%	
<b>Mínimos Nacionais</b>			
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III		
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	6,0%	
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	9,875%	
<b>Valores abaixo do limite para dedução (antes da ponderação pelo risco)</b>			
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	14.124	
73	Valor agregado das participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	10.709.167	(f) / (a)
74	Direitos por serviços de hipoteca		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal <sup>2</sup>	2.576.205	(c)
<b>Limites à inclusão de provisões no Nível II</b>			
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-	
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-	
<b>Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)</b>			
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	-
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	23.488.432	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite <sup>4</sup>	15.658.955	-

<sup>1</sup> Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores.

<sup>2</sup> Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas.

<sup>3</sup> Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192.

<sup>4</sup> Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192.

## 12 Glossários

### 12.1 Glossário de Siglas

#### A

- ACP – Adicional de Capital Principal
- AVA - Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças

#### B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BIA - *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)
- BIS - *Bank for International Settlements*

#### C

- CCB – Cédula de Crédito Bancário
- CDB - Certificado de Depósito Bancário
- CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro
- CDS - Credit Default Swap
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados
- CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio
- CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários

#### D

- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV01 - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

#### F

- FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
- FII – Fundo de Investimento Imobiliário
- FPR - Fatores de Ponderação de Riscos

#### H

- HQLA – *High quality liquid assets*

#### I

- IAISG - Informações para Avaliação da Importância Sistêmica Global
- ICAAP – Processo interno de avaliação da adequação de capital
- IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado
- IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo
- IPV – *Independent Price Validation*

#### L

- LCR – *Liquidity Coverage Ratio*

#### M

- MEP – Método de Equivalência Patrimonial

- MtM – Mark to Market

### P

- PCN - Planos de Continuidade de Negócios
- PIB – Produto Interno Bruto
- PR - Patrimônio de Referência
- PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

### R

- RCP – Risco de Crédito Potencial
- RBAN - Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação
- RCAP - *Regulatory Consistency Assessment Programme*
- RWA - *Risk Weighted Assets (ativos ponderados pelo risco)*
- $RWA_{CPAD}$  - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- $RWA_{MINT}$  – parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, segundo abordagem interna
- $RWA_{MPAD}$  - parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, segundo abordagem padronizada
- $RWA_{OPAD}$  - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional

### S

- SPE – Sociedade de Propósito Específico
- SOC – *Security Operation Center*
- SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

### T

- TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
- TRS - Total Return Swap
- TI - Tecnologia da Informação
- TR - Taxa Referencial
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

### V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

## 12.2 Glossário de Regulamentos

Circular BACEN 3.354, de 27 de junho de 2007

- Circular BACEN 3.547, de 07 de julho de 2011
- Circular BACEN 3.634, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.639, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.640, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.641, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.645, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.646, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.647, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.674, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.678, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.701, de 13 de março de 2014
- Circular BACEN 3.748, de 26 de fevereiro de 2015
- Circular BACEN 3.749, de 05 de março de 2015
- Circular BACEN 3.751, de 19 de março de 2015
- Circular BACEN 3.768, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.769, de 29 de outubro de 2015
- Carta Circular BACEN 3.775, de 14 de julho de 2016
- Carta Circular BACEN 3.774, de 14 de julho de 2016
- Resolução CNSP 321, de 15 de julho de 2015
- Resolução CMN 3.380, de 29 de junho de 2006
- Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007
- Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007
- Resolução CMN 3.533, de 31 de janeiro de 2008
- Resolução CMN 3.721, de 30 de abril de 2009
- Resolução CMN 3.921 de 25 de novembro 2010
- Resolução CMN 3.988, de 30 de junho de 2011
- Resolução CMN 4.090, de 24 de maio de 2012
- Resolução CMN 4.192, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.193, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.195, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013